



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória e Espaço

Monique Batista Carvalho

***Uma Maré de Lutas:
memória e mobilização popular na favela
Nova Holanda – Rio de Janeiro***

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.

Rio de Janeiro

2006

Monique Batista Carvalho

**Uma Maré de Lutas:
memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO, linha de pesquisa Memória e Espaço, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.

Rio de Janeiro

2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Monique Batista Carvalho

**Uma Maré de Lutas:
memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Rio de Janeiro**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Orientador) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Jailson de Souza e Silva – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Marcelo Baumann Burgos – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen Magalhães Costa – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - SUPLENTE

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer aos professores, secretários e colegas que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, assim como agradeço a CAPES pela bolsa concedida.

Ao meu orientador, professor Marco Aurélio Santana, pelo seu apoio, sua confiança e principalmente, sua preciosa orientação.

Aos professores que aceitaram participar da banca: Marcelo Baumann Burgos, meu orientador na graduação e Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório de Favelas e amigo. Nossa convivência me fez amadurecer intelectualmente e pessoalmente.

À professora Icléia Thiesen Magalhães Costa pelas contribuições e orientações na etapa final de produção e entrega da dissertação.

À equipe do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, especialmente a Elionalva Sousa Silva por ter me apresentado Nova Holanda; Diógenes Pinheiro, pelas carinhosas contribuições, Francisco César de Jesus Fernandes e Fabio Rodrigues por suas colaborações.

A todos os entrevistados que me receberam e contaram partes de suas vidas e a Rede Memória da Maré, programa desenvolvido pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM, pelos materiais cedidos.

Agradeço especialmente a colaboração de Ana Inês Sousa, Eliana Sousa Silva, Helena Edir Vicente e Roseni Lima de Oliveira que cederam seus arquivos pessoais.

Ao fotógrafo da agência Imagens do Povo/Observatório de Favelas, Bira Carvalho, que gentilmente fotografou Nova Holanda e autorizou o uso das imagens neste trabalho.

À professora Ângela Randolpho Paiva da PUC-Rio e a toda a equipe do projeto de pesquisa *O processo de significação e legitimação da identidade cultural dos moradores de Nova Holanda, comunidade do complexo da Maré* pelas valiosas contribuições e pela utilização do material produzido durante a pesquisa.

À amiga de sempre, Thais Martinelli Saraiva Pereira, pela caprichosa revisão do texto final.

Não poderia deixar de agradecer a Felipe de Oliveira Aleixo, amor para toda a vida, pela paciência, compreensão e carinho durante todo o processo de realização da dissertação.

Finalmente, meu agradecimento especial e todo o meu carinho para minha mãe, Maria da Conceição Batista Carvalho; minha avó, Enilda Fernandes Batista e meu irmão, Raphael Batista Carvalho, pela compreensão e amor incondicional que me foram transmitidos desde meu nascimento.

RESUMO

Esta dissertação foi elaborada na perspectiva de efetivar a análise do movimento associativo na favela Nova Holanda, uma das 16 comunidades do Complexo de Favelas da Maré, Rio de Janeiro. Os estudos foram feitos a partir da memória coletiva dos atores que estiveram direta ou indiretamente envolvidos no processo de construção desse movimento durante a década de 1980 e início da década de 1990, tendo como metodologia a história oral.

Foi durante esse período que a atuação da Chapa Rosa obteve maior destaque. Essa chapa foi o resultado de um trabalho de mobilização popular que ocorria na favela desde o final da década de 1970, iniciado por um grupo composto principalmente por mulheres e que atuou à frente da Associação de Moradores por nove anos.

A Chapa Rosa foi responsável por inúmeras mudanças no espaço da favela e também por uma nova forma de relação dos moradores com aquele espaço. A luta pela transformação de Nova Holanda, através da urbanização, era o pano de fundo das reivindicações dos moradores, por isso a relação entre memória, identidade e espaço são fundamentais na compreensão de todo o processo de formação da Chapa Rosa e de todas as lutas, conquistas e conflitos de Nova Holanda.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the communal movement's in Nova Holanda slum, Rio de Janeiro, through the collective memories of the actors directly or indirectly involved in its building, from the Rosa List foundation process to itself Nova Holanda communal association administration, in the 80's and early 90's. Having Oral History as methodology.

The Rosa List was consequence of a people's mobilization work in later 70's, started by a group, mostly female. The fight for transformation thought the urbanization, was the backdrop of the inhabitants' demands, because of this the relationship between territory, identity and memory is basic to the comprehension of the hole Rosa List foundation process and conquest to the community.

The analysis begins with statements of the one's who was member or near to the Rosa List in your foundation process, the objective is to generate questions about the local identity construction, the area transformation, the fights, the Nova Holanda's conquest and conflicts.

Lista de imagens inseridas no texto

Capítulo 2

Foto 1: O início de Nova Holanda;

Foto 2: As primeiras habitações;

Foto 3: A construção do Dúplex e a chegada de novos moradores;

Foto 4: Pessoas buscando água com o Rola;

Capítulo 4

Foto 5: Assembléia de moradores realizada na Escola Municipal Nova Holanda;

Foto 6: Reunião com representantes de rua;

Foto 7: Visão do valão pela rua Principal;

Foto 8: Praça do Valão vista pela rua Tancredo Neves;

Foto 9: Homens trabalhando na reforma do Dúplex;

Foto 10: Visão panorâmica da obra de reforma do Dúplex.

Lista de Anexos

Anexo 1: Roteiro de entrevistas;

Anexo 2: Letras de sambas escritos por Maria Amélia Belfort;

Anexo 3: Modelo de atestado de residência emitido pela Fundação Leão XIII;

Anexo 4: Material da campanha de 1984 utilizado pela Chapa Rosa;

Anexo 5: Convite para os moradores participarem das assembléias.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Aspectos teóricos e metodológicos	18
1.1. Memória e identidade	21
1.2. Memória, espaço e a relação com o poder público	28
1.3. O uso da História Oral	33
2. A construção de Nova Holanda	40
2.1. O surgimento das favelas como um problema urbano e as políticas públicas	42
2.2. A construção de Nova Holanda pelo poder público e a etnografia do espaço pela memória dos moradores	52
3. Resistência e mobilização dos favelados e o início do movimento associativo	64
3.1. O início da mobilização	73
4. A força da associação de moradores: a construção da memória coletiva	86
4.1. A conquista da associação de moradores pela Chapa Rosa	87
4.2. A atuação da Chapa Rosa	100
5. O fim da Chapa Rosa e as marcas na memória	119
5.1. A crise na Chapa Rosa	121
Considerações Finais	138
Bibliografia	142
Anexos	148

Introdução

Historicamente, as favelas foram vistas a partir do olhar dos grupos dominantes aliado aos projetos - tópicos e descontínuos - de intervenção, característicos de diferentes gestões e instâncias do Estado. Esses discursos fortaleceram, no campo do imaginário, a condição de isolamento e estigma sobre as comunidades populares em relação ao conjunto da metrópole carioca. Nesse processo, as favelas foram sendo representadas, para amplas parcelas da população, como territórios à parte da cidade.

De acordo com Souza e Silva (2002), duas enunciações passaram a hegemonizar o discurso sobre as favelas. A primeira enunciação diz respeito ao *sociocentrismo*, que corresponde à caracterização, em geral oriunda dos setores médios da sociedade, que vêem a favela a partir de referências externas ao seu território e sua população. Na visão sociocêntrica, as favelas são definidas a partir daquilo que elas não teriam em termos de equipamentos, renda e acesso à cultura, caracterizando-se, assim, pela ausência e negatividade. A segunda enunciação diz respeito ao *discurso homogeneizador*, que tende a identificar as favelas em seu conjunto, desconsiderando suas especificidades e diferenças internas.

Nesse cenário, que representa esses espaços de forma tão negativa e singular, não podemos deixar de considerar que, mesmo em momentos mais complexos e difíceis da História das favelas cariocas, os moradores conseguiram, de forma criativa e organizada, enfrentar as dificuldades inerentes ao cotidiano e reivindicar os seus direitos. É inegável a riqueza de interpretações e respostas dadas pelos moradores frente às dificuldades presentes no dia a dia das favelas.

Contudo, no que se refere à produção acadêmica sobre essa temática, percebemos uma lacuna na bibliografia a cerca do papel ativo dos favelados, tendo como ponto de partida suas memórias, na constituição e melhoria das comunidades, e,

por conseguinte, uma ausência de reflexões sobre a memória coletiva desses espaços revelada por seus próprios moradores¹.

Nos trabalhos que já foram desenvolvidos em relação à problemática da favela, identificamos ainda, uma ênfase na atuação do poder público em detrimento a atuação dos moradores como sujeitos da sua história.

Nesse sentido, buscamos enfatizar na presente dissertação, a partir da memória coletiva, a atuação dos moradores de favelas na constituição do seu espaço social, tendo como elemento central a participação no movimento associativo da comunidade.

Dentro dessa perspectiva, optamos por realizar o estudo na favela Nova Holanda, uma das 16 comunidades que formam o Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, por conta de duas questões principais. A primeira é referente ao processo de construção, realizado pelo poder público para ser um Centro de Habitação Provisória e como se deu sua consolidação. A outra provém das inúmeras histórias que ouvi sobre a atuação e a participação dos moradores daquela favela nas conversas durante os almoços no Bar da Galega² e nas pesquisas que realizei junto ao Observatório de Favelas³.

¹ Sobre a bibliografia referente às favelas ver: VALLADARES, Licia do Prado e MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003;

Sobre memória coletiva das favelas cariocas ver: DRSKA, Maria Angélica Marcondes. *Mudança espacial, memória e identidade: histórias de vida de migrantes moradores de um conjunto habitacional no Complexo da Maré - RJ*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2001; SOUZA, Rogério Ferreira de. *Tecendo o passado: memórias da favela. Morro dos Macacos – Zona Norte do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2004.

² Galega é o apelido de Regiane de Souza, dona do bar localizado na Rua Principal e que se tornou referência na favela pela sua deliciosa comida, tipicamente nordestina.

³ O Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OF/RJ), se dedica a estudar os espaços populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, formando profissionais capazes de interferir em sua realidade, em particular, jovens universitários das próprias localidades, criando redes de articulação desses atores. Atuo como pesquisadora dessa instituição desde 2003.

Buscamos então, recuperar a formação do movimento associativo na favela Nova Holanda, a partir das lembranças dos moradores que o vivenciaram durante a década de 1980 e início da década de 1990. Foi durante esse período que se destacou a Chapa Rosa, resultado de um trabalho de mobilização popular que ocorria nessa favela desde o final da década de 1970.

Atuando à frente da associação de moradores por nove anos, esse grupo foi responsável por inúmeras mudanças no espaço da favela e também por uma nova forma de relação dos moradores com aquele espaço. A luta pela transformação de Nova Holanda, através da urbanização, era o pano de fundo das reivindicações dos moradores, por isso a relação entre memória e espaço é fundamental para a compreensão de todo o processo de formação e de todas as conquistas da Chapa Rosa para essa comunidade.

Nesse sentido, a formação desse movimento popular é um marco não só na história de Nova Holanda, mas de outras favelas do Rio de Janeiro. Representa um dos primeiros exemplos de formas de organização que os moradores das favelas cariocas utilizaram ao longo de todo o processo de consolidação desses espaços na cidade. No caso específico de Nova Holanda, foi a partir dessa organização que os moradores se reconheceram como um grupo e consolidaram sua identidade em relação àquele espaço comum de vivência.

Assim, utilizando a metodologia da história oral, buscaremos trazer à tona as lembranças dos indivíduos que participaram dessa mobilização, enfatizando sua atuação no movimento popular que se formava, em uma tentativa de reconstruir o passado de luta dessa comunidade a partir das memórias desses atores sociais.

Logo, nossas hipóteses se pautaram na atuação da Chapa Rosa como um elemento definidor da identidade local dos moradores e da identidade da favela Nova Holanda no espaço urbano e na relação estabelecida entre a memória coletiva e essa identidade.

A partir desse ponto, identificamos outras questões importantes para uma compreensão mais ampla da memória coletiva. A relação com o espaço físico identificado a partir das transformações ocorridas é um elemento crucial de análise.

Outra questão relevante está relacionada ao papel desempenhado pelas mulheres desde o início da mobilização, como determinante para a atuação e para as realizações que ocorreram no período em que a Associação foi gerida pela Chapa Rosa. Essa atuação possibilitou não só a transformação do espaço social, mas também a transformação pessoal dessas mulheres.

A atuação do poder público também foi fundamental para a compreensão desse movimento. Logo, a discussão de fundo, que perpassa toda a pesquisa, é referente à relação entre o poder público e esse movimento, que reflete, de certa forma, a relação que o Estado, até hoje, mantém com as favelas de um modo geral. Mesmo que a atuação desse grupo tentasse, a todo o momento, uma maior participação dos moradores e uma maior autonomia em relação às políticas assistencialistas implementadas nas favelas do Rio de Janeiro, a entrada do poder público naquele espaço provocou alguns conflitos internos, que desencadearam o fim da gestão da Chapa Rosa em 1993.

Finalmente, não podemos deixar de destacar que a formação desse grupo se deu em um momento crucial na história brasileira de ruptura com o regime político de ditadura e de novas possibilidades para a democracia. A efervescência de novos

movimentos sociais, especialmente os urbanos, caracterizam esse período, assim como a luta pelas “Diretas Já”.

De modo que o leitor possa ter uma melhor compreensão do conjunto de questões apontadas aqui, organizamos o trabalho da seguinte forma. No primeiro capítulo, apresentamos as questões teóricas e metodológicas que nortearam a pesquisa, enfatizando principalmente, a memória coletiva e as diferentes abordagens que cercam esse conceito. Outro aspecto teórico também abordado foi correlação da memória com os conceitos de identidade e de espaço e o uso da história oral como metodologia privilegiada nesse tipo de abordagem.

O capítulo dois se dedica a apresentar o surgimento das favelas como um problema urbano e as principais políticas públicas implementadas nesses espaços do Rio de Janeiro ao longo do século XX. Como a história da construção de Nova Holanda está inserida nesse contexto, a segunda parte desse capítulo é uma reconstrução da chegada dos moradores à favela a partir de suas lembranças.

No terceiro capítulo apontamos as formas de resistências dos moradores de favelas a essas políticas públicas, destacando a formação dos novos movimentos sociais e o surgimento das associações de moradores de favelas. Assim, destacamos as principais mobilizações e acontecimentos que antecederam e foram responsáveis pela formação da Chapa Rosa.

A conquista da associação de moradores pela Chapa Rosa e sua atuação ao longo de três mandatos consecutivos serão apresentadas no capítulo quatro dessa dissertação. Apoiada principalmente na memória dos moradores sobre esse período, a partir da metodologia da história oral, e também em documentos como atas de reuniões, jornais da associação, discursos proferidos, materiais de campanhas, fotos,

entre outros, destacamos a importância da memória na construção da identidade e na relação com o espaço a partir dos monumentos considerados como lugares de memória e patrimônios da comunidade.

O quinto capítulo apresenta a última gestão da Chapa Rosa à frente da associação de moradores, apontando os fatores que contribuíram para o seu fim e as consequências dessa desarticulação para os atores envolvidos e para o movimento associativo como um todo. Analisamos também a memória que se construiu em relação a esse momento de crise, que verificamos através dos silêncios e ressentimentos presentes nas falas dos entrevistados.

Nas considerações finais, tentamos alinhar os objetivos da pesquisa com as análises feitas a partir das entrevistas. Além disso, buscamos apontar a importância de revelar a memória dessas lutas e conquistas, principalmente aos moradores mais jovens, que muitas vezes desconhecem a história de sua própria comunidade.

Dessa forma, destacando as experiências vividas pelos moradores de favelas, esperamos contribuir para que essa memória possa ser compartilhada com outros setores da sociedade, possibilitando que a versão desses atores dos acontecimentos do passado tenha o reconhecimento e a legitimidade que há muito lhes eram devidos.

Capítulo 1:

Aspectos Teóricos e Metodológicos

Uma das grandes ameaças ao mundo moderno é a possibilidade da amnésia coletiva, melhor dizendo, da perda da memória social. Alguns elementos da modernidade têm contribuído para fortalecer essa ameaça, como o lugar privilegiado ocupado pela informação e pelas ações mecânicas e a noção de tempo, que se desvinculou das experiências vividas, tornando-se autônomo, regulado e passando a exercer controle sobre a vida dos indivíduos.

Tendo em vista esses elementos, há uma crescente preocupação em conservar as memórias sociais a partir da preservação de documentos, textos, objetos, monumentos, enfim artefatos que dão a impressão de manter a totalidade do passado.

Por outro lado, essa preservação ainda se dá em lugares específicos da sociedade, poucas são as políticas de valorização cultural da memória dos grupos que foram marginalizados pela história oficial.

Assim, a questão que norteou a pesquisa se deu em torno da memória coletiva dos moradores de Nova Holanda no que se refere ao movimento associativo na favela. Buscamos então, recuperar o movimento, a partir das lembranças dos moradores que o vivenciaram durante a década de 1980 e início da década de 1990.

Identificamos a Chapa Rosa como um elemento constituinte da memória coletiva de Nova Holanda, no que tange ao movimento associativo. Nesse sentido, podemos considerá-la como um marco na história da favela, devido a sua atuação durante o período em que esteve à frente da Associação de Moradores, proporcionando inúmeras transformações naquele espaço.

Sabendo-se que o processo de relembrar pode ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual, o objetivo é compreender os aspectos mais relevantes, a partir da memória

dos atores envolvidos direta ou indiretamente nesse processo, em relação à formação e a atuação da Chapa Rosa e o que ela representou para os moradores de Nova Holanda e para o movimento social como um todo, privilegiando, como metodologia, a história oral.

Dessa forma, introduzir o conceito de memória coletiva agregada a aspectos como a identidade e a relação com o espaço são fundamentais para a análise do processo.

1.1. Memória e identidade:

O campo teórico que envolve as pesquisas relativas à memória é bastante amplo, com diferentes formas de concebê-la e de abordá-la, dentre elas destacamos a tese do sociólogo francês, Maurice Halbwachs, por conceitualizar a memória coletiva não apenas como estritamente pessoal, mas como categoria social.

Como bem sintetiza Santos (2003) acerca da teoria de Halbwachs:

“O sociólogo Maurice Halbwachs não considerou a memória nem como um atributo da condição humana, nem a partir de seu vínculo com o passado, mas sim como resultado de representações coletivas construídas no presente, que tinham como função manter a sociedade coerente e unida. Para ele, a memória tinha apenas um adjetivo; a memória era a memória coletiva” (Santos, 2003: 21).

Assim, através dos *Quadros Sociais da Memória*, Halbwachs nos revelou que a memória do indivíduo depende de sua relação com os laços sociais existentes no presente, ela não é autônoma, mas relacional. Ou seja, se lembramos é porque a situação presente nos faz lembrar.

“Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de

uma mesma sociedade. Somente assim, podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (Halbwachs, 1990: 34).

Da mesma forma, Bosi, (1983: 55), argumenta que *“na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”*. A lembrança é uma construção realizada a partir de elementos do presente. A imagem que se tem da infância, por exemplo, é uma representação constituída a partir da nossa vivência, influenciada pelo nosso contexto social.

Santos, ao analisar a teoria de Halbwachs assinala que:

“... a teoria da memória de Halbwachs estabelece que indivíduos utilizam imagens do passado enquanto membros de grupos sociais, e usam convenções sociais que não são completamente criadas por eles. Indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, eles precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência...” (Santos, 2003: 43).

Pomian (2000), também concorda com essa idéia da memória como uma reconstrução do passado e ressalta que:

“A memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre mantendo-se no presente, com o passado: conforme o caso, exclusivamente com o seu passado, com o da espécie, com o dos outros indivíduos” (Pomian, 2000: 508).

Podemos concluir então, que a memória é uma reconstrução do passado vivido a partir de elementos do presente, seja através da repetição dos comportamentos aprendidos ou da narração dos fatos. Nesse sentido, a memória se constitui como uma categoria fluida, que carrega consigo uma série de elementos da subjetividade, mas que, por outro lado, é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Segundo Wehling e Wehling (1997), a memória coletiva pode ser um instrumento para a afirmação de identidade, principalmente de grupos minoritários em uma mesma sociedade.

A memória não é apenas a cópia do passado, mas um elo entre ele e o presente e que tem correlação nas ações futuras. Ela pode ser identificada principalmente através das tradições e da percepção de pertencimento a um determinado lugar. Em suma, é a condição para inserção do indivíduo no espaço e no tempo.

Para Rousso (2002), a memória é um elemento constitutivo da identidade na medida em que assegura uma continuidade. Podemos verificar sua posição na passagem a seguir, referente à memória.

“A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao

“tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana” (Rouso, 2002: 94).

Da mesma forma, Pollak (1992: 201), também utilizando a teoria de Halbwachs, revela que a memória *“é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”*. Contudo, devemos lembrar que existem na memória, tanto coletiva quanto individual, marcos invariantes, imutáveis.

De acordo com seu texto, *Memória e Identidade Social*, Pollak elenca alguns pontos que ele considera como constitutivos da memória. O primeiro se refere aos acontecimentos vividos pessoalmente ou vividos pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer e que são reproduzidos ao longo do tempo com um alto grau de identificação. Mesmo que as pessoas não tenham realmente participado de tal episódio, vivido na época, elas se sentem pertencentes ao grupo por conhecer muito bem a situação, ficando a impressão de terem vivido efetivamente aquele momento. Isso é o que o autor considera como sentimento de pertencimento a partir de uma identificação com o passado.

Além dos acontecimentos, a memória também é formada por lugares, que são a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Por essa razão, a memória de um lugar é, portanto, uma memória coletiva e essencial na constituição da identidade desse lugar.

Nesse sentido, *“a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”* (Pollak, 1992: 204), pois está relacionada ao sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A identidade, para Pollak, é a imagem de si para si e para os outros e os elementos essenciais para a construção de identidade são: o sentimento de ter fronteiras físicas ou de pertencimento a um grupo; continuidade dentro do tempo e sentimento de coerência. A construção da memória se dá em referência aos outros, se faz por meio de negociação com os outros, a partir dos critérios de aceitabilidade e credibilidade destes, portanto, a memória e a identidade são negociadas a partir do olhar do outro.

Entretanto, como nos revela Castells (1999), a identidade está relacionada a significados, à experiência de um povo, é por definição, o *“... processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”* (Castells, 1999: 22). É construída por meio de um processo de internalização como complementa o autor:

“... quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (Castells, 1999: 22).

A construção da identidade se dá, entre outros elementos, a partir da memória coletiva. Os indivíduos ou grupos processam esses elementos e *“reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão espaço/tempo”* (Castells, 1999: 23).

De acordo com Castells, embora haja uma corrente que não crê na formação de uma identidade a partir do âmbito local, ele considera que os indivíduos resistem à

individualização, e se organizam em associações comunitárias que podem gerar um sentimento de pertença e, em longo prazo, uma identidade cultural. Segundo sua hipótese, isso acontece a partir de um processo de mobilização social, ou seja, as pessoas participam de movimentos urbanos onde são revelados e defendidos interesses em comum. Nesse sentido, a vida passa a ser, de algum modo, compartilhada, produzindo-se um novo significado.

Ele nos revela três formas e origens de construção da identidade. A primeira se refere à identidade legitimadora, constituída a partir da dominação internalizada que legitima uma identidade imposta, padronizadora e não-diferenciada. Essa ação é realizada pelas instituições dominantes da sociedade, com objetivo de ampliar sua dominação em relação aos atores sociais, que terminam por legitimar e internalizar essa identidade⁴.

A outra é referente à identidade de resistência. Realizada pelos atores que se encontram em posição ou condição desvalorizada e estigmatizada pela lógica da dominação, criando mecanismos de resistência com base em princípios diferentes ou opostos dos que permeiam as instituições da sociedade⁵.

A última se refere à identidade de projeto, que consiste na construção de uma nova identidade capaz de redefinir a posição dos atores na sociedade e assim transformar toda a estrutura social. A identidade de projeto dá origem a sujeitos, que não são indivíduos, são atores sociais coletivos pelo qual o indivíduo atinge o significado holístico em sua experiência.

⁴ Como veremos no desenvolvimento do trabalho, o que o Estado tentou fazer com os moradores das favelas pode ser compreendido a partir desse conceito.

⁵ A identidade de resistência origina comunidades e nos permite pensar na construção da identidade do morador de Nova Holanda, principalmente a partir da mobilização em relação ao movimento associativo.

Concluindo, enfatiza que:

“... a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (Castells, 1999:26).

Assim, a memória coletiva, conjunto de lembranças construídas socialmente, é formada pela aderência do indivíduo a um determinado grupo, e principalmente, desse grupo a um determinado espaço e que foi compartilhado por um certo tempo, seja ele a residência familiar, a vizinhança ou o local de trabalho. Essa relação será analisada na seção que segue.

1.2. Memória, espaço e a relação com o poder público:

Assim como a identidade, compreender a relação que os indivíduos estabelecem com o espaço é fundamental para a análise relativa à memória.

Conforme assinala Halbwachs (1990) sobre essa relação, *“quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem”*. Ou seja, o espaço vivido traz consigo as marcas dos indivíduos que o habita, assim como os indivíduos carregam as marcas do espaço. Por isso, o autor nos revela que as imagens espaciais desempenham um papel determinante na memória coletiva.

“... o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível para os membros do grupo” (Halbwachs, 1990: 133).

Especialmente nas cidades menores ou em locais com grupos mais homogêneos, podemos verificar com mais intensidade os pontos de apoio da memória coletiva nas imagens espaciais, como verificamos não só em Nova Holanda, mas em outras favelas do Rio de Janeiro. Por isso, se faz necessário uma discussão referente às formas de apropriação do espaço em Nova Holanda e as transformações ocorridas nesse local.

De acordo com a análise de Bauman (1999), o Estado Moderno foi o responsável, a partir da universalização e da imposição de medidas padrão, pela reorganização do espaço social. Ao impor essas medidas, houve uma homogeneização

do espaço, que passou a ser determinado pelo Estado. Qualquer outra maneira de interpretar o espaço social seria desqualificada. Assim,

“Não admira que a legibilidade do espaço, sua transparência, tenha se transformado num dos maiores desafios da batalha do Estado moderno pela soberania de seus poderes. Para obter controle legislativo e regulador sobre os padrões de interação e lealdade sociais, o Estado tinha que controlar a transparência do cenário no qual vários agentes envolvidos na interação são obrigados a atuar. A modernização dos arranjos sociais promovidos pelas práticas dos poderes modernos visava ao estabelecimento e perpetuação do controle assim entendido. Um aspecto decisivo do processo modernizador foi, portanto, a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço” (Bauman, 1999: 37).

A partir dessa determinação, o controle do Estado se fez presente e modificou as atividades cotidianas em diversos espaços⁶, mas como complementa o autor:

“As deficiências das cidades existentes eram numerosas demais para que valesse a pena a retificação de cada uma delas em separado, com os recursos que isso exigiria. Seria muito mais razoável aplicar um tratamento por atacado e curar todas as afecções de um só golpe – demolindo as cidades herdadas e limpando a área para a construção de

⁶ O processo de construção de Nova Holanda também obedeceu a essa lógica, da mesma forma que os planos para a remoção de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro.

novas cidades (...), transferindo seus habitantes para outras cidades concebidas de forma correta desde o início”
(Bauman, 1999: 49).

Dessa forma, transferindo esse discurso para as políticas implementadas nas favelas, identificamos como o processo se constituiu dentro de uma lógica de poder do Estado de regulação dos espaços, onde não se é permitido uma lógica própria de construção, mas aquela determinada *a priori* pelo discurso dominante.

Nesse sentido, de acordo com Foucault (2004: 9):

“... a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Ou seja, é um jogo de poder que busca controlar todas as ações, de modo que, aquela ao qual se destina o discurso, ou mesmo aquele que se encontra do outro lado dessa relação, fique subordinado a quem detém o poder.

Essa é uma relação que pode ser verificada na ação do Estado em relação a sua atuação nas favelas e no discurso que as instituições produziram sobre elas. Um discurso que busca o controle não somente do espaço, mas, sobretudo, dos próprios indivíduos, na medida em que determinam que os favelados necessitam passar por um processo de triagem, de reeducação para serem “cidadãos normais”. Exerciam o controle dessa população através de seus mecanismos de submissão e, também, através da produção de um discurso que tinha respaldo nas classes dominantes.

O discurso só se torna verdadeiro na medida em que apoiado pelas instituições, exercem um poder coercitivo sobre os outros discursos que se multiplica, se articula e subdivide. Por outro lado, a qualquer forma de poder também se insere algum tipo de resistência. Não foi diferente com os moradores das favelas.

Podemos contrapor a esse discurso dominante, um outro discurso que revela as inúmeras formas encontradas pelos moradores de melhorar suas habitações e mesmo de se organizarem em torno de um bem maior. Esse discurso não oficial pode ser revelado através da memória dos indivíduos e da perpetuação dessa memória para os outros moradores daquele espaço.

Como já visto na seção anterior, a construção da memória está relacionada à atribuição de sentidos a objetos concretos. Como enfatiza Santana (2000), é a partir desses objetos que toda uma experiência retorna, é construída e reconstruída.

“Em algum momento o coletivo atribui ao seu espaço ocupado o seu sentido. O constitui e o ocupa de forma que se identifique com ele, que se veja nele. Atribui a determinados trechos do espaço, sentidos definidos que, se para outros podem parecer esquisitos, para o grupo tem caráter vital, pois fala, assinala, com sua existência, a história, a trajetória, as experiências pelas quais passou o grupo. São seu patrimônio consubstanciado em monumentos” (Santana, 2000: 50).

Pollak (1989) acrescenta que são esses pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. No caso de Nova Holanda, a partir dos depoimentos dos moradores, especialmente os

mais antigos e aqueles que estiveram diretamente envolvidos na Associação de Moradores, vivenciando a transformação do espaço, um ponto de referência é a Chapa Rosa.

Concluindo, Pollak nos diz que:

“Torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (Pollak, 1989: 3).

Tendo em vista esse jogo de forças, essa luta pela conquista de uma identidade, pela reconstrução do espaço vivido e também a luta pela autonomia que a memória coletiva em Nova Holanda vem sendo construída e reconstruída, disputada entre os diversos grupos que compõe o cenário da comunidade.

1.3. O uso da história oral

A opção metodológica pela história oral se deve à possibilidade dessa metodologia permitir, através principalmente do uso sistemático de entrevistas, recuperar e recriar aspectos da memória dos indivíduos. Seu uso implica em um processo que vai desde a entrada no campo até a análise das entrevistas. É um processo onde cada uma das etapas está relacionada e são fundamentais para os resultados finais da pesquisa.

Ela ainda permite, perceber os silêncios, as lacunas e os conflitos, da mesma forma que as alegrias, as emoções e a própria experiência de vida. A relação entre entrevistador e entrevistado é bastante enriquecedora, sendo uma via de mão dupla, onde ambos em certa medida, podem retirar algo de modificador.

De qualquer forma, devemos ficar atentos na organização da pesquisa, pois todas as etapas são fundamentais e a primeira é a determinação dos objetivos e a realização de uma pesquisa prévia. Como orienta Meihy (1996),

“Para se fazer um trabalho de história oral não basta alguém munido de gravador ou filmadora e a existência de um ou mais depoentes dispostos a dar entrevistas. É preciso um projeto que guie as escolhas, que especifique as condutas e qualifique os procedimentos desde o começo até o fim”
(Meihy, 1996: 162).

Atentando para todas essas questões que permeiam a pesquisa utilizando a história oral, o objetivo das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa foi tentar capturar dos entrevistados suas memórias sobre o movimento associativo em Nova Holanda e sobre aquele espaço de uma maneira geral. Contudo, utilizamos fontes

como jornais daquele período; documentos da associação de moradores como estatuto, atas, informativos e projetos; documentos da Chapa Rosa como materiais de campanha para a eleição, convites, convocatórias para assembléias e discursos proferidos, além de cartas, letras de músicas e imagens de Nova Holanda na sua formação, durante a gestão da Chapa Rosa e nos dias atuais⁷.

Utilizamos ainda o material produzido no corpo da pesquisa *O processo de significação e legitimação da identidade cultural dos moradores de Nova Holanda, comunidade do Complexo da Maré*, desenvolvida pelo Setor de Desenvolvimento Sustentável do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA) da PUC-Rio e coordenada pela professora Ângela Paiva, integrante do departamento de sociologia e política da Universidade⁸.

Esse projeto foi realizado em Nova Holanda, entre julho de 2004 e agosto de 2005, e tinha como objetivo promover e estimular formas de envolvimento dos moradores de Nova Holanda em um processo de reflexão sobre as suas próprias vidas, seus interesses, sobre o espaço no qual vivem, suas culturas e suas histórias, visando ao desenvolvimento sustentável baseado no patrimônio imaterial local e na sua identidade cultural.

Para tanto, a metodologia empregada foi a realização de grupos focais com idosos, mulheres e jovens, além de entrevistas individuais com um representante de cada grupo. Partindo da análise desse material, realizamos algumas oficinas com os

⁷ Esses documentos foram cedidos pela Rede Memória da Maré, projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e por alguns entrevistados. O registro das imagens de Nova Holanda nos dias atuais foi realizado pelo fotógrafo Bira Carvalho e pertencem ao Acervo Imagens do Povo do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

⁸ Fui convidada pela coordenadora do projeto para colaborar na pesquisa organizando uma exposição em comemoração aos 20 anos da Associação de Moradores.

integrantes desses grupos onde eles apontaram problemas e propuseram algumas alternativas para Nova Holanda.

Vale destacar que a pesquisadora participou de todas as oficinas realizadas durante esse projeto e que elas contribuíram na ratificação das hipóteses apontadas nesse trabalho, especialmente em relação à memória dos moradores no que tange a associação de moradores e a Chapa Rosa.

Uma das propostas apresentadas pelos moradores, durante as oficinas, foi a realização de uma assembléia, onde eles iriam discutir questões referentes ao lixo. É importante frisar que a todo o momento, eles tinham como referência a atuação da Chapa e as lutas empreendidas naquele período.

Outra proposta foi a realização de uma exposição com fotos e depoimentos de antigos moradores na Praça do Valão sobre as conquistas que eles obtiveram em Nova Holanda, a fim de que todos pudessem conhecer um pouco mais dessa história.

A participação da pesquisadora tanto na assembléia quanto na organização da exposição foi fundamental para obter um conjunto de informações relevantes que permitiu uma maior compreensão do universo da pesquisa.

Assim, tendo como referência essa experiência anterior, a rede de entrevistados foi montada de acordo com a participação no movimento ao longo de todo o processo. Entrevistamos não apenas as pessoas que participaram diretamente na Chapa Rosa, mas as que se envolveram de alguma forma com a Associação de Moradores.

Montamos, então, um grupo que se classificou da seguinte maneira: A) formação da Chapa Rosa e integrantes da 1ª gestão; B) integrantes da 2ª gestão; C) integrantes da 3ª gestão; D) agentes externos, ou seja, técnicos que também se envolveram nesse processo; E) outros moradores que se envolveram na associação de moradores.

Em um primeiro momento, foram realizadas seis entrevistas de caráter exploratório, que nortearam as demais, apenas com mulheres distribuídas da seguinte forma: duas pertencentes somente ao grupo A, uma pertencente aos grupos A e B, duas pertencentes somente ao grupo B e uma pertencente ao grupo D. Além dessas, foram realizadas outras nove, respeitando a formação da rede descrita acima, totalizando quinze entrevistados.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2004 e ao longo do ano 2005⁹. Com exceção de duas entrevistas, as outras foram realizadas em uma seção e tiveram em média uma hora de duração.

A maior parte delas ocorreram nas residências dos entrevistados, contudo, nem todas foram em Nova Holanda, pois alguns não moravam mais na comunidade. Outras seis aconteceram nos locais de trabalho dos entrevistados. Apenas duas foram em locais diferentes da residência ou do trabalho. Uma ocorreu em um bar da zona sul do Rio de Janeiro, e a segunda seção de uma entrevista, foi realizada na PUC-Rio, onde a entrevistada cursava o doutorado.

Todos se mostraram bastante solícitos em conceder as informações e documentos de seus arquivos pessoais sobre aquele momento.

As informações que a pesquisadora obteve para formar a rede de entrevistados teve início a partir da leitura de documentos sobre a Nova Holanda, que indicavam alguns nomes importantes. A partir daí, o contato foi realizado através de um informante que me apresentou a alguns entrevistados e que em alguns casos, me forneceu o telefone para que entrasse em contato. Muitos entrevistados também indicaram nomes

⁹ Vale destacar que a pesquisadora teve que paralisar o processo das entrevistas durante os meses de maio a agosto por ter tido seu gravador furtado em um bairro da zona norte da cidade.

de pessoas que foram importantes para o movimento. O critério escolhido para realização da entrevista foi a participação no movimento associativo.

Infelizmente não consegui realizar todas as entrevistas previstas no meu plano de trabalho, por conta de alguns contra tempos. Vale a pena mencionar os quatro casos específicos: um que não quis dar entrevista; outro que quis, mas não tinha tempo; outro que nas duas vezes marcadas não apareceu; e por último, um que ninguém tinha o contato e não consegui encontrá-lo em nenhum lugar.

O perfil dos entrevistados se mostrou bastante variado, visto que isso era uma marca no grupo. Participavam do movimento jovens vinculados ao grupo da Igreja Católica, lideranças antigas na comunidade, pessoas que trabalhavam nas instituições de Nova Holanda como o Posto de Saúde e a Escola Municipal e não residiam na comunidade e pessoas que foram morar em Nova Holanda por conta do envolvimento na Associação.

Optamos em não nomear os entrevistados, apenas revelar a sua função dentro do movimento e assim eles serão identificados no decorrer do trabalho. Contudo, durante as entrevistas, alguns nomes foram citados pelos entrevistados e esses serão mencionados.

Segue um quadro geral, descrevendo o perfil dos entrevistados e destacando sua atuação no movimento associativo. A ordem obedece a classificação por grupos já apresentada acima.

1) Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa, uma das responsáveis pela organização da Chapa, 42 anos, ex-moradora de Nova Holanda. Trabalha como técnica educacional na Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ desenvolvendo projetos em espaços populares;

- 2) Vice-presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa, 57 anos, moradora de Nova Holanda, dona de casa;
- 3) Agente comunitária e colaboradora na 1ª gestão da Chapa Rosa, 46 anos, moradora de Nova Holanda, trabalha no Centro Municipal de Atendimento Social Integrado - CEMASI – Nova Holanda;
- 4) Agente comunitário, um dos responsáveis pela organização da Chapa Rosa, membro da Comissão Eleitoral em 1984, 41 anos, ex-morador de Nova Holanda, trabalha na prefeitura do Rio de Janeiro;
- 5) Presidente na 2ª gestão da Chapa Rosa, 43 anos, ex-moradora de Nova Holanda, coordenadora de extensão na UFRJ;
- 6) Diretora na 2ª gestão, última indicada pela Chapa Rosa para concorrer à eleição, perdeu para a Chapa Branca, moradora de Nova Holanda. Atualmente está contribuindo na reforma da creche comunitária;
- 7) Agente comunitário, diretor na 2ª gestão da Chapa Rosa, filho de Maria Amélia Belfort, ex-morador de Nova Holanda, professor de história;
- 8) Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa, 42 anos, moradora de Nova Holanda, trabalha na UFRJ e é diretora de carnaval na Escola de Samba O Gato de Bonsucesso;
- 9) Vice-presidente na 3ª gestão da Chapa Rosa, morador de Nova Holanda desde 1988, 48 anos, professor;
- 10) Agente comunitária e diretora na 3ª gestão, 48 anos, moradora de Nova Holanda, trabalha no Centro Municipal de Atendimento Social Integrado - CEMASI – Nova Holanda;
- 11) Orientadora educacional da Escola Municipal Nova Holanda e participou dos projetos ligados à Saúde e Educação, moradora de Ipanema, professora da UFF;

- 12) Médico sanitaria que atuou no Posto de Saúde na década de 1970, 50 anos, secretário executivo da ABRASCO-FIOCRUZ;
- 13) Candidato à presidência da Associação pela Chapa Verde, 68 anos, aposentado pela COMLURB, morador de Nova Holanda;
- 14) Presidente da Associação de Moradores pela Chapa Branca, 73 anos, morador de Nova Holanda, diretor administrativo da Vila Olímpica da Maré;
- 15) Atual presidente da Associação de Moradores de Nova Holanda, 32 anos, auxiliar de cozinha, morador de Nova Holanda.

O roteiro da entrevista foi montado com perguntas abertas, seguindo alguns eixos, mas tendo como ponto focal o movimento associativo e o que ele representou para a vida do entrevistado e para a Nova Holanda¹⁰.

Sobre as transcrições e a reprodução no texto, indicamos que a mesma será fiel à fala dos entrevistados, não sofrendo qualquer correção por parte da pesquisadora, buscando com isso preservar a forma pela qual cada indivíduo se expressou durante a entrevista.

Finalmente, destacamos que o uso da metodologia da história oral não busca a veracidade dos fatos, mas, sobretudo, a forma como os moradores se relacionam com as suas recordações e quais os fatos mais marcantes em sua memória. Nesse sentido, buscamos identificar a memória coletiva em relação ao movimento associativo e a identidade coletiva do grupo relacionada a essa memória.

¹⁰ Ver no anexo 1 o roteiro das entrevistas.

CAPÍTULO 2:

A CONSTRUÇÃO DE NOVA HOLANDA



Foto 1: O início de Nova Holanda, Leeds, 1964. Rede Memória da Maré – Arquivo Orosina Vieira

A favela Nova Holanda é uma das inúmeras favelas cariocas construídas a partir de uma política pública implementada pelo Estado. Essa política previa a remoção de várias outras favelas para conjuntos habitacionais, passando antes, por um estágio em centros de triagem. Inicialmente, o objetivo de Nova Holanda era ser um Centro de Habitação Provisória (CHP) onde as pessoas residiriam por um tempo determinado, sendo indicadas, posteriormente, para moradias definitivas. Entretanto, essa transferência nunca ocorreu e a configuração espacial de Nova Holanda se realizou a partir dessa construção inicial.

As conseqüências dessa política, não apenas para Nova Holanda, mas para tantas outras favelas do Rio de Janeiro, podem ser observadas no decorrer da história dessas favelas. Logo, a mobilização que deu origem ao movimento associativo de Nova Holanda, objeto principal dessa pesquisa, está diretamente relacionado a esse processo de surgimento da favela, marcado inicialmente pela remoção e seguido pela incerteza da moradia.

Assim, o objetivo desse capítulo é o de mostrar como ocorreu o processo de formação e consolidação da favela Nova Holanda, tendo em vistas as principais políticas públicas implementadas ao longo do século XX. Destacaremos também como foi, na visão dos moradores, essa construção e quais os principais aspectos desse período que se constituiu como memória coletiva da comunidade.

2.1. O surgimento das favelas como um problema urbano e as políticas públicas:

Embora o surgimento das favelas no Rio de Janeiro remonte ao final do século XIX, elas só se caracterizam como um “problema urbano” a partir dos anos 1930. A primeira referência oficial à favela consta do Código de Obras do Distrito Federal de 1937, Decreto nº 6000. Podemos observar em seu capítulo XV, seção II, as seguintes informações sobre as favelas:

Art. 349. A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

§ 1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

§ 2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas (...).

§ 9º A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo XIV deste decreto para a extinção das

favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo humano (Prefeitura do Distrito Federal, 1937).

Portanto, com o Código, ficava proibida a construção de novos barracos e a formação de novas favelas e, ainda, previa a construção de “núcleos de habitação” para seus moradores. Desse modo, a favela passa a ser um problema público que precisava ser administrado.

Durante todo o período, a ótica predominante de apreensão das favelas se expressava através do “sanitarismo”. As comunidades populares eram representadas como espaços dominados por focos de doenças e locais de moradia de malandros e criminosos. Geralmente, as obras realizadas nesses espaços eram portadoras de mensagens que exigiam ou recomendavam ações “cirúrgicas” e repressivas do Estado contra a “proliferação” das favelas na cidade. Trata-se de um momento da cidade no qual o Estado assumiu o papel de ordenamento territorial da classe trabalhadora mais vulnerável, construindo lugares de disciplinarização e controle espacial de sua mobilidade na cidade.

A partir do Código de Obras mencionado, o então interventor do Distrito Federal, Henrique Dodsworth (1937 – 1945) solicita ao Secretário Geral de Saúde e Assistência, Jesuíno de Albuquerque, um plano para solucionar a questão das favelas. O primeiro documento, de autoria do Dr. Victor Tavares de Moura, então Diretor do Albergue da Boa Vontade, data de 1941 e apresenta *“um esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro. Deste plano sairá a experiência dos Parques Proletários Provisórios, primeira iniciativa da Administração para o*

problema das favelas” (Parisse, 1969: 26)¹¹.

Em 1946, foi criada, por iniciativa da Igreja Católica e apoio da prefeitura do Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII, que tinha como um dos objetivos promover a recuperação das favelas e de seus moradores.

Como ressaltam Pandolfi e Grynszpan (2002), a Fundação Leão XIII se inscrevia em um movimento da Igreja, cujo objetivo era fazer frente ao trabalho desenvolvido por grupos e partidos de esquerda, atuando diretamente junto à população pobre, especialmente os moradores de favelas.

A partir dos anos 1950, as favelas tomam dimensões cada vez maiores, aparecendo não só como problema higiênico da cidade, mas também estético, urbanístico e, principalmente, policial. Elas se instalam em terrenos não aproveitados pelo mercado imobiliário, situados nas proximidades de vias de comunicação com o Centro e os subcentros, resultantes do adensamento urbano, como nos revela Parisse (1969).

De acordo com Valladares (1978), dez anos depois da criação da Fundação Leão XIII, que atuou nos primeiros anos da década de 1950 em 34 favelas, implementando em algumas delas, serviços básicos de água e saneamento e mantendo Centros Sociais¹², novamente o Estado cria outra instituição, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), que tinha como proposta a urbanização das favelas e que após uma reestruturação, criou

¹¹ Sobre a primeira política pública realizada em favelas cariocas ver: CARVALHO, Monique Batista. *Questão Habitacional e Controle Social: a experiência dos Parques Proletários e a ideologia “higienista-civilizatória” do Estado Novo*. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

¹² Em 1955, a Fundação Leão XIII cria outra instituição: a Cruzada São Sebastião, onde melhorou a oferta de serviços em 12 favelas e ainda promoveu a construção de um conjunto habitacional no Leblon, para onde foram removidos alguns moradores de favelas daquela proximidade (Pandolfi e Grynszpan, 2002).

em 1961, as associações de moradores de favelas¹³.

Por outro lado, os meios de comunicação registram as favelas como um território desconhecido e assustador, tão logo, a representação predominante - especialmente entre os setores médios da sociedade - retrata os favelados como vagabundos, ignorantes, sujos e inúteis para a cidade. A melhor forma de resolver esse problema é através de sua eliminação da paisagem.

Até esse momento, os projetos que foram iniciados tinham como proposta a extinção das favelas ou a melhoria delas. Contudo, o ano de 1960 pode ser considerado como um divisor de águas, pois o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, inaugura uma nova forma de atuação, na medida em que inicia um longo processo de intervenção direta nas favelas, onde a política é a da erradicação das mesmas através da remoção dos favelados para outras áreas da cidade.

Para iniciar esse processo político, algumas medidas administrativas foram tomadas pelo Estado. A primeira delas foi o fim do SERFHA e suas funções incorporadas pelo Serviço Social das Favelas e pelo Departamento de Recuperação de Favelas. A Secretaria de Serviços Sociais, órgão do executivo estadual, também foi criada durante esse período. De acordo com Valla (1986), a direção dessa instituição ficava a cargo de alguém de estrita confiança do governador e aglutinava o conjunto de instituições relacionadas com as favelas.

Conseqüentemente, o autor nos revela que:

“A partir de então, as administrações regionais (organismos criados pelo Governo estadual) passam a ter um peso maior

¹³ Sobre a formação e a atuação das associações de moradores de favelas, ver capítulo 3 dessa dissertação.

na relação com as favelas. Esta iniciativa procura reduzir a relação Estado/população favelada a uma mera questão técnico-administrativa e particular, contrariando assim a política do SERFHA, para quem esta relação se revestia de uma justificativa humanística que procurava estimular a mobilização de base” (Valla, 1986: 89).

A Companhia Estadual de Habitação (COHAB) surge, nesse período, como um órgão nacional organizado a nível estadual e com recursos oferecidos pela USAID¹⁴ ou Acordo do Fundo do Trigo Estados Unidos /Brasil. A COHAB tinha como função a assistência às favelas para melhorá-las, construir casas e urbanizar, contando com o auxílio da Fundação Leão XIII.

Este foi o órgão responsável pela construção de Conjuntos Habitacionais em Cidade de Deus, Vila Aliança, Vila Esperança e Vila Kennedy, além de três Centros de Habitação Provisória (CHP) – Nova Holanda foi um desses - para onde foram removidos compulsoriamente moradores de diversas favelas das zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Leeds e Leeds (1978: 215), na prática, a COHAB além de construtora de casas vai atuar também no *“trabalho social julgado necessário na remoção das favelas para preparar sua população **inculta** para a residência nas casas da COHAB”*¹⁵.

Para realização desse trabalho foram construídos os CHPs que deveriam ser ocupados temporariamente e não poderiam ser adquiridos pelos moradores.

¹⁴ United States Agency for International Development. Esse acordo realizado entre o Estado da Guanabara e a USAID previa a urbanização parcial de algumas favelas e a construção de 2.250 habitações de baixo custo, para tanto foi destinada uma verba de três milhões de dólares. Caberia a COHAB realizar essas obras.

¹⁵ Grifo nosso.

Funcionavam principalmente para alojar os favelados que haviam sido removidos até que eles pudessem ser instalados em suas moradias definitivas, ou seja, os conjuntos habitacionais construídos na periferia. Esse era o espaço onde os moradores seriam preparados para viver em sociedade.

“Esses centros surgiram a partir de uma ideologia ainda mais perversa, pois considerava que os favelados não tinham condições de sair direto de um barraco de favela para um apartamento em um conjunto habitacional, que precisariam de uma temporada educativa nos centros para adquirir novos hábitos mais civilizados e urbanos” (Jacques, 2002: 40).

O objetivo desses centros era a transformação social daqueles indivíduos e para isso contava com a presença constante da Fundação Leão XIII e de um posto policial. Essas instituições tinham como finalidade, manter a ordem e desenvolver hábitos de boa convivência entre os favelados, que logo seriam removidos para os Conjuntos, além de serem responsáveis pelo gerenciamento do centro e pela transferência dos moradores. A lógica dessas instituições se pautava na seguinte premissa sobre os favelados:

“Ele precisava de novos hábitos, que iam da higiene pessoal aos cuidados com a preservação do novo imóvel. Assim, o CHP funcionaria partindo da premissa de que o favelado era uma criança grande que precisava aprender a viver em condições dignas” (Vaz, 1994: 4).

A questão habitacional colocava-se, assim, no centro das políticas públicas. Carlos Lacerda com sua perspectiva racionalizadora, justificava a remoção através das

teorias da marginalidade urbana¹⁶, na época muito difundida em toda a América Latina. Fazia questão que os ex-favelados se tornassem proprietários aliados ao sistema vigente e, portanto, não ameaçadores à ordem social, especialmente nas áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário, em uma clara tentativa de desmantelamento da organização política daquelas populações. Ou seja, conforme Leeds e Leeds (1978:188) *“a política relativa à favela, apesar de marcada por variações externas na forma, é essencialmente a continuação de uma política de controle, que remonta, pelo menos aos anos 30”*.

Com o governo militar, a prática remocionista se intensifica e o que se verifica nesse período, especialmente após 1968, é uma prática violenta de remoção de mais de cem mil moradores de favelas.

“De uma certa forma, a relação Estado/favelas, que se estabeleceu entre 1962 e 1965, foi uma antecipação da que viria a partir de 1969 até 1973. Pode-se dizer que o Governo Lacerda expressou mais diretamente os interesses do empresariado imobiliário e financeiro, da cúpula da Igreja católica carioca e dos setores conservadores das camadas médias” (Valla, 1986: 90).

Com uma proposta diferenciada para a política de habitação estadual, em 1968, Negrão de Lima¹⁷, cria um novo órgão para implementar ações nas favelas cariocas. A Companhia para o Desenvolvimento da Comunidade (CODESCO) aparece como uma política inovadora frente a outras políticas implementadas até então, pois previa a

¹⁶ Ver: PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹⁷ O governador Negrão de Lima era um político de oposição aos militares.

urbanização de algumas favelas e a posse de terra aos seus moradores¹⁸.

Essa iniciativa contrariava as propostas do governo federal, e em resposta, após quatro meses de atividades da CODESCO, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). Subordinada ao Ministério do Interior e ao Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁹, essa coordenação tinha como objetivo ditar uma política única para todas as favelas e sua proposta era a eliminação de todas elas. Foi a responsável pelas grandes remoções de moradores até 1973.

Como ressalta Burgos (1998):

“Ao contrário da CODESCO, que apostava na capacidade organizativa e participativa dos moradores das favelas, a CHISAM definia as favelas como um “espaço urbano deformado”, habitado por uma “população alienada da sociedade por causa da habitação; que não tem os benefícios de serviços porque não paga impostos”. Razão pela qual entendia que a família favelada necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária; sendo necessária a integração dos moradores à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver” (Valla apud Burgos, 1998: 36).

O processo de remoção das favelas foi muito intenso ao longo da década de

¹⁸ A CODESCO realizou ações em três favelas: Mata Machado, Brás de Pina e Morro União. Ver: SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁹ O BNH foi fundado em 21 de agosto de 1964 e tinha como objetivo fomentar a construção e a aquisição de moradias, sobretudo por pessoas das classes de baixa renda. Entre 1964 e 1967 sua atuação estava basicamente centrada na remoção de favelas.

1960 e início da década de 1970. Ao todo, foram destruídas cerca de 60 favelas, e aproximadamente 100 mil pessoas foram removidas de suas moradias. Não obstante, a visão da favela como um problema urbano ainda permaneceu. Mesmo após 12 anos de política remocionista, a solução para habitação popular no Rio de Janeiro ainda não havia sido definida.

De acordo com Valladares (1978), a política de remoção imposta pelo governo e implementada pelas instituições BNH, COHAB e CHISAM não obtiveram sucesso. Segundo os dados colhidos durante sua pesquisa, no período de 68-74 ocorreram 65% das remoções realizadas entre 62-74, contudo o crescimento das favelas entre 70-74 foi de 74% e da população favelada de 36%²⁰.

Esses dados confirmam a tese da autora de que o processo de remoção gerou um círculo entre os moradores e as favelas. Na medida em que muitos moradores, que foram removidos, não conseguiram saldar as dívidas com o BNH, vendiam os lotes e retornavam às favelas.

A política remocionista gerou muitas conseqüências na vida dos moradores removidos para áreas longínquas da cidade. Machado da Silva e Figueiredo (1981), apontam que ocorreu aumento no custo de transporte, quebra de rede de solidariedade e vizinhança, ausência de equipamentos urbanos comunitários, falta de infra-estrutura e que muitas famílias ficaram com dificuldades financeiras, devido aos custos da nova habitação.

A reação dos moradores, frente a essas políticas, se materializa a partir da organização das associações de moradores, que se destacam durante todo o período. Em alguns casos, houve enfrentamento direto com a polícia pela permanência nas

²⁰ Ver: VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

favelas. Entretanto, com a vigência do regime militar, essas associações sofreram constantes repressões e algumas foram completamente desmanteladas.

A partir de 1975, a prática de remoção assume outros contornos, ao contrário do período anterior, que se caracterizava pela remoção em massa, essa política sofre uma paralisação sendo retomada em 1979 com novas propostas de intervenção nas favelas.

O Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), vinculado ao governo federal, objetivava o melhoramento das favelas através de obras de saneamento e aterramento das palafitas, entre outras prioridades. O primeiro programa realizado pelo PROMORAR foi o Projeto Rio, que tinha por meta urbanizar as favelas situadas ao longo da Avenida Brasil e remover os moradores das palafitas para os Conjuntos Habitacionais que estavam sendo construídos naquela mesma área. A mediação entre os moradores e o governo deveria ocorrer através das associações de moradores.

Esse período que se inicia é de extrema importância para a compreensão do movimento associativo na favela Nova Holanda, eixo central desse trabalho. Porém, para uma compreensão mais ampla desse processo, relataremos a seguir, como se deu a construção de Nova Holanda, inserido na política das remoções já mencionada.

2.2. A construção de Nova Holanda pelo poder público e a etnografia do espaço pela memória dos moradores:

*“A Nova Holanda foi criada no Governo Carlos Lacerda, com a finalidade de ser um Centro de Habitação Provisória, no qual nós moradores, vindos de várias áreas da cidade, vivíamos sob a ameaça constante de remoção para outros pontos do interior do Rio de Janeiro. Contudo, a política habitacional do governo seguinte não deu continuidade às remoções, o que nos obrigou a tornar o provisório em permanente. Foi muito difícil lutar contra a idéia da remoção. O morador foi levado a acreditar que não podia ficar em Nova Holanda, que a qualquer momento teria de se mudar. Ao mesmo tempo, a população aumentava e a comunidade começava a perceber que o que era provisório passava a permanente, tornando as instalações dos esgotos e os precários serviços prestados à comunidade insuficientes em relação à necessidade”.*²¹

Nova Holanda tem um processo de formação que se distingue da maioria das favelas que surgiram até, pelo menos, a década de 1960 no Rio de Janeiro. Sua especificidade se deve ao fato de ter sido inteiramente planejada e construída pelo poder público para ser um Centro de Habitação Provisória (CHP).

O processo de intervenção nas habitações populares, iniciado pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, a partir de 1960, como já relatado

²¹ Discurso proferido em 29/11/1987 por Eliana Sousa Silva na posse da 2ª gestão da Chapa Rosa.

anteriormente, teve como característica principal a eliminação completa das favelas, principalmente as que se localizavam nas áreas centrais, norte e sul da cidade, através da remoção de seus moradores para Conjuntos Habitacionais. Assim,

“Após inúmeras tentativas de “solucionar” o problema da favela, que se sucederam por cerca de vinte anos, a década de 1960 presenciou o início de uma operação gigantesca visando a remoção sumária das favelas do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e comercializados pela COHAB” (Valladares, 1978: 22).

Como era uma construção do próprio poder público, o Centro de Habitação Provisória nº 3 - Nova Holanda, foi construído sob um aterro, uma área plana, geograficamente organizada que contava com ruas largas e três vias de acesso. As habitações eram uniformes, em lotes de 5x10 metros, possuindo uma sala, dois quartos, uma cozinha e um quintal. Por ter um caráter provisório, as casas foram construídas em madeira, em dois padrões básicos: unidades individuais simples e o modelo Dúplex, com dois pavimentos. O Dúplex era formado por seis galpões cada um com 38 unidades, na parte superior ficavam dois quartos e na inferior a sala, a cozinha e o banheiro.

As redes de água e esgoto, construídas também para funcionar provisoriamente, não atendiam às necessidades de todos os moradores, assim como o fornecimento de energia elétrica.

Por serem provisórias, as casas não poderiam sofrer qualquer tipo de modificação, o que ao longo do tempo, acabou degradando aquelas construções. E o que deveria ser provisório, tornou-se permanente.

Hoje, Nova Holanda é uma das comunidades que formam o bairro Maré²². Localizada na Zona da Leopoldina da cidade do Rio de Janeiro, a Maré está situada em uma área que atravessa as três principais vias da cidade, entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, cortada pela Linha Amarela. Sua população é de 132.176 habitantes ocupando 38.273 domicílios²³.

Possuindo uma população de 11.295 habitantes, distribuídos em 2.967 domicílios, sendo 5.547 homens e 5.748 mulheres, Nova Holanda representa 8,6% da população total da Maré. Sua construção se iniciou no segundo semestre de 1961, sendo ocupada a partir de 1962, com a chegada de moradores oriundos da Favela do Esqueleto, Morro da Formiga e das margens do rio Faria Timbó. Até meados de 1971, recebeu, ainda, moradores do Morro do Querosene, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho.

A questão da remoção é muito marcante nos moradores que vivenciaram esse processo. Percebemos, através dos depoimentos de alguns dos entrevistados que chegaram em Nova Holanda por conta das políticas de remoção, como essa passagem ficou registrada em suas memórias, tanto naqueles que chegaram quando ainda eram crianças, ou nos que já vieram adultos, conforme observamos nos depoimentos a seguir:

“Eu vim pr’aqui com 5 anos. Vim num processo de remoção lá da favela do Esqueleto. Quando nós viemos pra cá, só tinha essa parte aqui e esse outro bloco ali da Teixeira Ribeiro prontos. Não existia lá o outro lado e nem a parte que

²² A Maré é composta por 16 comunidades: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança. Recebeu o título de bairro em 19/01/1994, pelo então prefeito César Maia.

²³ Dados obtidos através do Censo Maré: CEASM. Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

*é o Dúplex. Então era esse bloco aqui. Ali atrás da Escola Nova Holanda, tinha umas casas que não eram bem umas casas, ali foi construído pro comércio, pra centralizar o comércio. O meu pai teve um botequim lá durante muitos anos, mas quando morava no Esqueleto, ele trabalhava na feira”.*²⁴

*“Sou morador da Nova Holanda desde 1962. Vim parar na Nova Holanda por motivo de remoções na época do governo do Carlos Lacerda. Eu morava em Manguinhos e de lá vim morar aqui. Se não me falha a memória foi em março, alguma uma coisa assim, mas eu sei que é de 1962. Eu trabalhava em transporte de carga, era motorista. Eu viajei para o Estado de Minas, quando eu voltei fui procurar minha casa e não encontrei mais. Ai eu fui dormir na garagem, de manhã eu vim procurar saber, me informaram que a minha mudança tinha vindo pra Nova Holanda”.*²⁵

Vale ressaltar que essa prática é de uma brutalidade que não leva em consideração o indivíduo morador da favela como portador de direitos. A ele é vetado, até mesmo, a informação de sua nova residência.

De acordo com o guia *Instituições do bairro Maré: dados gerais*²⁶, Nova Holanda

²⁴ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

²⁵ Presidente da Associação de Moradores pela Chapa Branca em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

²⁶ CEASM. Observatório Social da Maré. *Instituições do bairro Maré: dados gerais*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2004.

possui quatro instituições de ensino (Creche comunitária Cléia Santos Oliveira, Creche municipal Nova Holanda, CIEP Elis Regina, Escola Municipal Nova Holanda) e uma instituição na área da saúde, que é o Posto de Saúde Nova Holanda. Conta ainda com algumas instituições governamentais como: Centro Municipal de Atendimento Social Integrado - CEMASI; Posto da CEDAE; Posto da COMLURB; Fundação Leão XIII; além do 22º Batalhão de Polícia Militar – Maré. As organizações não governamentais (ONGs) também se fazem presentes, como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM); o Desenvolvimento de Projetos Sociais (DEVAS) e o Viva Rio. Possui também uma quadra da Escola de Samba “Gato de Bonsucesso”, além da Associação de Moradores. Encontramos uma Igreja Católica (Sagrada Família) e sete neopentecostais.

Nova Holanda²⁷ está localizada entre o Parque Maré, Linha Vermelha, Parque Rubens Vaz e Avenida Brasil, ocupando uma área de 240mil m². As principais vias de acesso à favela se dão pelas três ruas principais a partir da Avenida Brasil: Rua Teixeira Ribeiro, Rua Sargento Silva Nunes e Rua Bittencourt Sampaio.

A construção foi realizada em duas etapas. Na primeira fase, foram construídas 981 casas de madeira em lotes de 5X10m, na parte norte, limitado pela rua Sargento Silva Nunes e Rua do Canal.

“Esse primeiro setor, como todo o resto, era constituído por uma malha viária regular formada por ‘avenidas’ (significado que para os moradores se aproxima mais de ‘vila’) em que as ruas eram sempre traçadas em linhas retas formando

²⁷ Existem muitas histórias sobre a origem do nome Nova Holanda, contudo para a maioria dos moradores, seu significado está relacionado a “terras sobre águas” por ter sido construída sobre um aterro.

quadras bem demarcadas” (Vaz, 1994: 6).



Foto 2: Primeiras habitações. Leeds, 1962. Rede Memória da Maré – Arquivo Orosina Vieira.

A partir das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, notamos que a lembrança que os entrevistados construíram em relação à Nova Holanda, principalmente no que diz respeito à chegada na favela. O território se destaca na maioria dos depoimentos e é caracterizado como muito precarizado e sem as condições adequadas em relação aos equipamentos públicos.

“Isso era um buraco. Eu morava em uma cidadezinha pequenininha, mas era bem aconchegante, era pobre, não tinha uma indústria, não tinha serviço, não tinha nada, mas era coisa bonitinha. Cheguei aqui, isso era um buraco, vim pro buraco. Eu me espantei. As pessoas andavam na lama, não tinha nada calçado, só tinha lama. Pra mim foi um pavor,

*foi apavorante”.*²⁸

As pessoas que vinham de outros Estados do Brasil também se surpreendiam com a Nova Holanda.

*“E fomos morar num barraco lá na Nova Holanda, tudo apertado. Minha vida na Paraíba era brincar e estudar, e na Nova Holanda foi trabalhar e estudar. A gente morava perto de um valão, então aquele cheiro já nos chocou bastante. Era um cheiro constante no valão. O valão aberto dentro da comunidade. Enfim, completamente diferente, uma realidade diferente Nova Holanda era falta de tudo. As ruas não eram calçadas, a iluminação elétrica era precária, as casas eram todas de madeira, poucas escolas, não tinha nenhum posto de saúde, principalmente falta de infra-estrutura mesmo, não tinha coleta de lixo. Vários serviços que hoje se vê lá, não tinha naquela época”.*²⁹

Na segunda etapa, foi construído o Dúplex, que consistia em um galpão de madeira, composto por dois quartos na parte superior, sala, cozinha e banheiro, na parte inferior. No total, foram construídos 228 Dúplex, que faziam limite com o Parque Maré ao sul e com a Rua Sargento Silva Nunes ao norte.

²⁸ Agente comunitária e diretora na 3ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

²⁹ Presidente na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.



Foto 3: A construção do Dúplex e a chegada de novos moradores. Leeds, 1967. Rede Memória da Maré – Arquivo Orosina Vieira.

O Dúplex era o setor mais problemático de Nova Holanda. Ao longo do tempo, como não podia fazer qualquer tipo de reforma, as casas foram se deteriorando, havia risco de desabamento por conta do peso do andar superior, que não havia sido projetado para tanto tempo, além dos constantes incêndios provocados pelo material utilizado na construção.

Sobre a situação do Dúplex, Vaz nos revela que:

“As casas inicialmente, construídas em caráter provisório, feitas em madeira, sem manutenção adequada ou quaisquer tipos de reformas, expressamente proibidas pela Fundação, foram de deteriorando ao ponto de não mais diferenciarem-

se de um autêntico barraco de qualquer favela” (Vaz, 1994 8).

E a mesma visão é compartilhada pelos moradores:

“Quando eu vim pra Nova Holanda, o bairro era fraquinho. Era uns barraquinhos de madeira, muito colado um no outro, as caixinhas de água muito pequenininha e um banheirinho dentro de casa muito assim inconveniente, muito assim desconfortável. Tinha um valão que atravessava aqui. A gente tinha muito problema de incêndio também na época. Além de palafita, as ruas eram barro, lama. A água era controlada, então a gente tinha que transportar água no rola-rola. A gente ia lá do outro lado pegar água”.³⁰

O abastecimento de água, previsto no início do processo de remoção, passou a ser um problema, pois as favelas do entorno faziam ligações clandestinas nos canos. Por conseguinte, a água não tinha força para chegar até a Nova Holanda. Assim, era necessário buscar água do outro lado da Avenida Brasil, que naquela época não tinha passarelas, no chamado “rola-rola”.

³⁰ Vice-presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.



Foto 4: Pessoas buscando água com Rola. Imagens da Terra. Rede Memória da Maré – Arquivo Orosina Vieira.

A questão do saneamento básico sempre foi um problema para os moradores de Nova Holanda. A manutenção deveria ser realizada pelo Estado, mas isso não acontecia, o que comprometeu toda a infra-estrutura da favela, como comenta a presidente da primeira gestão da Chapa Rosa:

“A lembrança que eu tenho é de um lugar sem água e sem esgoto. Muitas vezes quando chovia você sujava o pé todo de lama. Tinham essas limitações decorrentes dessa coisa de não ter uma infra-estrutura básica resolvida, muito barraco de madeira, muito rato. Então, em relação a essa questão de como era, eu tenho uma péssima imagem dessa época. Acho que foi até isso que me levou a me envolver muito nesse processo de conquistar essas coisas, porque essas

*coisas só vieram mesmo em 1984, a partir de 1984”.*³¹

O fornecimento de energia elétrica também era outro problema recorrente na favela naquele momento. Os postes de luz eram muito precários e havia também o problema das ligações clandestinas. A LIGHT, empresa responsável pela distribuição da energia no Rio de Janeiro, não tinha controle sobre isso porque os moradores de favelas não eram contribuintes. Na maioria dos casos, eles pagavam uma taxa de luz a outros moradores que se diziam administradores da mesma, como revela a vice-presidente da primeira gestão da Chapa Rosa:

*“Então, quando a gente veio morar aqui as pessoas cobravam taxa de luz, além da Light. Tinha que às vezes dar um certo dinheiro a algumas pessoas, alguns já até morreram, outros já mudaram daqui”.*³²

Nesse cenário, a atuação da Fundação Leão XIII era bastante questionada. De acordo com o projeto inicial, a instituição deveria administrar a favela e cadastrar as famílias para que fosse realizada a transferência definitiva para os Conjuntos Habitacionais.

Segundo os moradores, a Fundação exercia um controle muito rígido sobre eles em relação às moradias. Os funcionários da Leão XIII não permitiam que se realizasse nenhuma alteração nas casas, mesmo que elas estivesse em estágio muito precário.

“Aqui funcionava a Leão XIII também, na época a Leão XIII mandava em tudo e desmandava, não podia fazer uma cerca

³¹ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

³² Vice-presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

que tinha que pedir permissão pra Leão XIII".³³

Ao longo do tempo, as promessas feitas pelos representantes do Estado, em relação à remoção definitiva, não ocorreram; poucos foram os moradores que de fato saíram de Nova Holanda para habitar os Conjuntos Habitacionais. Essa instabilidade na permanência ou não na favela favorecia a não existência dentre aqueles moradores, de um sentimento de pertencimento àquele espaço, pois, no imaginário, a qualquer momento eles poderiam ser retirados dali. Sem contar as precárias condições de vida na década de 1970 e a política coercitiva exercida pela Fundação Leão XIII, que também eram uma constante na vida daqueles indivíduos.

Esses foram alguns dos fatores que estimularam os moradores a se articularem para conquistar melhorias para Nova Holanda. Conforme já mencionado anteriormente, durante esse período os moradores das favelas começam a se organizar em associações de moradores e em Nova Holanda não foi diferente. Veremos, então, no próximo capítulo a formação do movimento associativo, tendo como referência a memória dos moradores que participaram desse processo.

³³ Agente comunitária e colaboradora na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

Capítulo 3:

Resistência e mobilização dos favelados e o início do movimento associativo em Nova Holanda

Este capítulo se dedica a analisar as primeiras mobilizações ocorridas em Nova Holanda que resultaram na formação da Chapa Rosa e na conquista da associação de moradores. Para tanto, não podemos deixar de considerar dois elementos fundamentais. O primeiro é o surgimento das associações de moradores de favelas e o outro é a efervescência dos movimentos sociais urbanos no cenário político da sociedade brasileira, a partir especialmente do final dos anos 70.

As primeiras associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro datam da segunda metade da década de 1940, muitas delas estimuladas pelo Partido Comunista do Brasil - PCB, visando resistir à política de remoção para os Parques Proletários, como já analisado no capítulo anterior. A partir de então, houve um crescimento do número de associações, inclusive algumas criadas pelo próprio poder público.

Durante a década de 1950, a Igreja Católica, através da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, busca também a participação dos favelados, inclusive como contingente para sua luta contra o Partido Comunista.

De acordo com Machado da Silva (2002):

“Entre esses dois grandes projetos, surge um novo ator político, muito mais modesto, orientado por um enquadramento institucional que, como vimos, separou a favela dos demais tipos de moradias, e esses da relação entre produção e reprodução social mediada pelo salário. Moradores de favelas com suas associações, operários com seus sindicatos – estes últimos não discutiam o acesso à moradia na cidade, nem as primeiras, a remuneração do trabalho” (Machado da Silva, 2002: 229).

Como a política de repressão às favelas se tornou muito intensa ao longo da década de 1960, as associações de moradores também sofreram inúmeras alterações. Entretanto, o SERFHA foi um órgão que estimulou a criação destas nesse período, como assinala Burgos (1998):

“Sob o comando de José Arthur Rios, o SERFHA procurou, entre 1961 e 1962, a aproximação com as favelas, estimulando inclusive a formação de associações de moradores onde estas não existiam – até maio de 1962, criaram-se 75 associações” (Burgos, 1998: 31).

O papel das associações nesse período era bastante ambíguo. Definidas como órgão de cooperação do Estado, elas deveriam auxiliar o governo na implementação de serviços e na manutenção da ordem interna. *“A intenção era transformá-las em um instrumento de controle político e de barganha eleitoral”* (Pandolfi e Grynszpan, 2002: 243).

Com a política implementada pelo governador Carlos Lacerda, de remoção de moradores para Conjuntos Habitacionais, muitas associações criadas pelo Estado foram se distanciando. Algumas lideranças, tentando resistir a essa política compulsória de transferência dos favelados, que já vinham se mobilizando frente a essas políticas, iniciam um processo mais amplo onde não só questionam, mas reivindicam melhorias nos espaços através da urbanização. Em 1963, criam a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara – FAFEG.

Paldolfi e Grynszpan (2002) apontam que a FAFEG congregava mais de setenta associações de moradores e que tinha como objetivo fundamental resistir à política de remoções, mas também, lutar pela implementação de melhorias de serviços públicos

nas favelas.

A resposta do Estado foi imediata. Preocupado com a emancipação dessas organizações, prevê a criação de novos mecanismos de controle político. Nesse sentido, a Fundação Leão XIII sofre uma reforma e no ano de 1963 passa a autarquia do Estado, tendo agora novas responsabilidades.

“A experiência acumulada em favelas pela Leão XIII seria de grande valia para que se pudesse exercer uma vigilância mais estreita da vida política das favelas. Também à Igreja isso interessava, pois dava destinação a uma instituição a essa altura inteiramente esvaziada. Atribui-se então à Fundação, entre outras coisas, a responsabilidade pelo reconhecimento oficial das associações, além da função de designar uma comissão para coordenar e fiscalizar as eleições de suas diretorias” (Burgos, 1998: 33).

Com o regime militar, as organizações dos favelados também foram alvos de intervenções. Em 1967, todas as associações de moradores de favelas foram atreladas às Regiões Administrativas e à Secretaria de Serviço Social do governo estadual e, no ano seguinte, houve o fechamento da FAFEG e a prisão de seus líderes.

“Assumindo, na prática, o papel de representantes do governo nas suas respectivas comunidades, as associações de moradores, além de gerir os serviços de água, esgoto e coleta de lixo, foram encarregadas de fiscalizar reformas e construções de novas habitações, evitando a expansão das áreas favelizadas. Por essa via, alguns dirigentes de

associações, em contato direto com o poder público, centralizando poder e recursos financeiros, passaram a compactuar com a política remocionista” (Pandolfi e Grynszpan, 2002: 245).

A política de remoção se intensificou entre 1968 e 1975 e novas lideranças se articularam no sentido de enfrentar essas ações do Estado. É importante considerar também, que esse foi um período da História do Brasil em que se verificou um forte crescimento associativo no país como um todo.

A partir da metade da década de 1970, o cenário político, econômico e social nacional vive grandes transformações, como por exemplo, a elevada taxa de urbanização, o aumento dos setores médios da sociedade, a população passa a ser predominantemente urbana e como consequência, ocorre o aumento do desemprego nas grandes cidades.

Paralelamente, grandes mobilizações estavam acontecendo, como as greves de 1978 que envolveram os metalúrgicos do ABC paulista, além dos movimentos organizados relacionados a sexo, etnia e a questões ambientais. Assim, nesse contexto, as associações de moradores emergem também como um movimento social, tanto nos bairros considerados formais, quanto nas favelas do Rio de Janeiro e de outras capitais do país.

Alguns autores consideram esses movimentos sociais como o elemento chave para as transformações estruturais que estavam ocorrendo naquele momento, na medida em que se encontravam com um instrumento político privilegiado para expressar protesto ou encaminhar demandas.

Machado da Silva (2002), revela que é durante o período de redemocratização

brasileira que a organização política desses atores se torna importante. Destaca-se nesse momento, a capacidade de organizarem-se e expressarem-se das mais variadas formas e de conquistarem direitos e reconhecimento simbólico.

De acordo com os argumentos de Boschi (1987), esses movimentos sociais podem ser vistos como “novos” na medida em que, baseados na ação coletiva, têm como fundamento a ampliação da esfera da representação política e a promoção de novas identidades coletivas e hábitos de participação. Do mesmo modo, podem ser vistos como uma resposta à ineficácia das estruturas tradicionais no sentido de canalizar e resolver as demandas.

“Os novos movimentos sociais significariam um novo estilo de atuação política caracterizado pelo fato de que a) a ação coletiva não é mais visualizada como uma tentativa para a tomada do aparelho do Estado, mas sim como a busca de soluções autônomas; b) ela consiste na afirmação de identidades coletivas ainda não incorporadas enquanto atores políticos legítimos, tais como aquelas com base em sexo, local de moradia, raça, etc” (Boschi, 1987: 25).

O autor enfatiza que os movimentos sociais aparecem como uma nova alternativa, já que expande a participação política e ultrapassa o sistema partidário que tende a perder seu papel de canal mais importante nesse cenário.

“A novidade dos ‘novos movimentos’ reside, entre outras coisas, em seu desafio aos canais institucionais de acesso ao Estado e sobretudo ao monopólio dos partidos políticos e sindicatos como formatos básicos de participação política.

(...) Nesse sentido os novos movimentos não excluem necessariamente os partidos e sindicatos, mas são formas complementares de ação política de sujeitos coletivos em contextos democráticos” (Boschi, 1987: 38).

Boschi considera que os novos movimentos sociais no Brasil tendem a ser de natureza reivindicatória e se caracterizam pela negociação com o Estado. Apesar de ser o alvo das constantes críticas, eram através das instituições estatais que se realizavam as conquistas dos movimentos, contudo, funcionavam também como agências de controle social.

Alguns autores utilizam a expressão “movimentos sociais urbanos” para designar essa ação coletiva que, de acordo com Santos (1981: 22), utilizando os argumentos de Manuel Castells, “*serve para designar os movimentos de grupos ou setores da população urbana que têm, por consequência, a sua base na cidade e que nascem de condições específicas*”.

Com a retomada das políticas implementadas nas favelas do Rio de Janeiro, em 1979, o governo federal inicia o PROMORAR, como relatado no capítulo anterior. A participação dos moradores se faz muito presente nesse período, especialmente as lideranças da área da Maré, mais atingidas pelo Projeto Rio, que se articulam e criam a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM) para dialogar com o poder público buscando a urbanização e a posse da terra.

Nessa época, também houve a retomada das atividades da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ, antiga FAFEG e a fundação da Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro – FAMERJ, que congregava as associações de moradores de bairros da classe

média.

Por outro lado, esse é um período também marcado por uma política conhecida como “política da bica d’água”, onde os políticos intermediavam a relação das associações de moradores com o poder público através de uma prática clientelista de troca de pequenos favores por votos nas eleições³⁴.

“A ausência de uma política pública voltada para a urbanização das favelas contribuía para o fortalecimento daquilo que foi chamado de política da ‘bica d’água’. Ou seja, por meio de contatos pessoais e informais com parlamentares, os dirigentes das associações trocavam votos por pequenos benefícios para a comunidade” (Pandolfi e Grynszpan, 2002: 247).

O início da década de 1980 é marcado pela intensa promoção da mobilização e participação dos moradores de favelas nas atividades políticas das comunidades, proporcionado principalmente pela Igreja Católica e por alguns outros grupos sociais. Nesse cenário, onde se inicia um processo de redemocratização no país, a eleição de Leonel Brizola para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1982, vem como uma possibilidade de mudança, especialmente em relação às políticas implementadas nas favelas. As associações de moradores se fortalecem e ganham mais visibilidade, tendo o governo estadual como seu principal interlocutor.

Esse foi sem dúvida um período determinante na construção do movimento de conquista da Associação de Moradores em Nova Holanda. É importante salientar que

³⁴ Sobre essa prática ver DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Paz e Terra, 1982.

toda a construção dessa mobilização está inserida no cenário acima exposto, como veremos na próxima seção, onde destacamos as primeiras mobilizações que deram origem a Chapa Rosa e por consequência a direção da Associação de Moradores ao longo de nove anos.

3.1. O início da mobilização

A organização dos moradores de Nova Holanda, iniciada desde o final da década de 1970, resultou não apenas na conquista da associação de moradores, mas em melhores condições de vida na comunidade, relação à infra-estrutura básica como água e saneamento e na construção de Postos de Saúde e Escolas pelo poder público. Cabe enfatizar que o eixo da análise se deu a partir da memória dos atores envolvidos diretamente nesse processo de formação.

Uma característica que singulariza essa mobilização em Nova Holanda é o fato dela ser hegemonicamente feminina. As mulheres tiveram um papel fundamental na organização do grupo e conseqüentemente na organização do espaço físico. Desde o primeiro grupo até a conquista da associação de moradores, a presença feminina é uma constante no movimento comunitário.

Como já visto no capítulo anterior, a Nova Holanda foi construída pelo poder público e ao longo dos anos não sofreu qualquer processo de intervenção. Com o passar do tempo e o aumento populacional na Nova Holanda e nas favelas do entorno, aquela estrutura inicial, que já não dava conta das demandas, só se precarizou ainda mais.

Dentro de um contexto favorável aos movimentos sociais na sociedade brasileira, a partir de 1977, um grupo formado por médicos e alguns outros profissionais ligados ao Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), iniciaram um trabalho na comunidade que tinha como finalidade discutir questões relacionadas à saúde, através de palestras e de atendimento médico. Tanto as palestras quanto o atendimento eram realizados em um barraco cedido pela Fundação Leão XIII.

Contudo, a ação desse grupo não estava pautada apenas no atendimento

médico e nas questões mais específicas da saúde. Eles almejavam contribuir na organização daquela comunidade para reivindicarem seus direitos de uma forma mais ampla, a partir do debate relacionado à saúde pública. Como assinala a presidente na primeira gestão da Chapa Rosa:

*“Eu acho que o quê acabou dando uma forma a esse processo foi a chegada desses médicos na década de 70. Eram médicos sanitaristas que queriam fazer um trabalho de base. Eles eram ligados ao Partido Comunista na época. Tinha uma questão política de tá fazendo algum trabalho numa área popular e tinha toda essa questão de inserção pela via política. Tinha essa questão política e tinha a coisa de serem sanitaristas e quererem uma outra ligação, em uma certa profundidade, com o povo. E esse grupo de profissionais, médicos principalmente, encontraram essas mulheres e eu acho que contribuíram pra dar alguma forma a esse processo”.*³⁵

Eram realizadas então, além dos atendimentos médicos, reuniões com os moradores para discutir questões mais amplas de saúde, tendo como foco principal o cotidiano de Nova Holanda. Durante esses encontros, surgiu o Grupo de Mulheres, formado por moradoras da favela que tinham uma preocupação com aquele espaço comum de vivência. A primeira reivindicação do grupo foi pelo abastecimento adequado da água, como relembra a presidente na primeira gestão:

“Na realidade esse processo de mobilização na Nova

³⁵ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

*Holanda começou a partir dessa necessidade de estar resolvendo o problema da água, de como conseguir a canalização da água. Esse foi o fator mobilizador. Quem começou isso foram as mulheres, lá no Grupo de Mulheres, que teve Maria Amélia como ícone disso. Na verdade, esse foi o primeiro grupo na Nova Holanda organizado que detonou todo esse processo de mobilização. A associação já foi um resultado desse processo, mas a mobilização pra mudar aquela situação foi o Grupo de Mulheres, eu era criança, não participei, mas eu conheci e convivi com essas pessoas”.*³⁶

Dentro desse grupo, uma liderança tem um papel que se destaca frente às outras mulheres. Maria Amélia de Castro e Silva Belfort³⁷ é considerada pelas moradoras que vivenciaram esse processo como a responsável pelo início da mobilização em Nova Holanda.

“Maria Amélia foi uma líder, foi a cabeça de tudo. Ela foi uma grande mulher. Até hoje assim, o nome desse Posto aqui é Maria Amélia de Castro e Silva Belfort, que ela foi uma líder, ela ficou na história. Foi através dela também que existiu esse movimento de trabalho comunitário e o Grupo de Mulheres, o nome do grupo era Grupo de Mulheres, conhecer o corpo da mulher; foi através de Maria Amélia

³⁶ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

³⁷ Maria Amélia faleceu de câncer em 1987.

*junto com as meninas, com Eliana”.*³⁸

De acordo com as entrevistadas, Maria Amélia foi uma das primeiras mulheres que se destacou, principalmente, na luta pelo saneamento básico. Ela, na visão dessas moradoras, é a precursora do movimento.

*“Essa Maria Amélia era uma moradora antiga e lutadora também. Acho que até antes, muito antes da Eliana. Eu estava esquecendo também, porque eu estou contando do meu ponto pra frente, mas ela tinha o grupo dela e tudo, uma moradora muito ativa também”.*³⁹

A trajetória dessa mulher é muito interessante tendo em vista os poucos anos de estudo e a vida sofrida que levava para criar os seis filhos. Na entrevista que realizamos com um dos filhos, ele revelou que sua mãe chegou em Nova Holanda durante o processo de remoção da Praia do Pinto “*com seis filhos e um marido não ortodoxo*” e que aos 33 anos descobriu que estava com câncer. De acordo com o depoimento dele, foi a partir dessa descoberta que a vida da mãe se transformou e caminhou para outra direção.

“Ela começou a se incomodar e a questionar. E o processo de questionamento estava se dando num período em que há um movimento geral na sociedade de questionamento do autoritarismo militar, a coisa da distensão, da abertura. Exatamente nesse momento, um grupo de profissionais

³⁸ Agente comunitária e diretora na 3ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

³⁹ Agente comunitária e colaboradora na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

*recém-formados na universidade vão para a comunidade, vão para a favela exatamente munido desse questionamento e da vontade de fazer alguma coisa. Então minha mãe acaba se inserindo nesse contexto mais geral e acaba dando uma verbalização política mais sistêmica, mais elaborada para as angustias dela. Isso fez com que ela se engajasse num movimento de mulheres que surgiu em 78”.*⁴⁰

Em busca de melhorias para Nova Holanda, esse grupo foi responsável pelo encaminhamento do primeiro movimento de organização e mobilização dos moradores para a canalização da rede de água potável. E a partir dessa mobilização, esse grupo participou do I Encontro Popular pela Saúde, realizado pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)⁴¹.

Segundo Silva (1995), o Grupo de Mulheres, orientado pelos técnicos da CEBES, realizava palestras sobre as condições de vida na favela e pressionava os órgãos públicos em relação à melhoria nas condições de saneamento na favela. De acordo com uma agente comunitária, essa atuação foi fundamental para determinar as conquistas posteriores.

“Eu acho que só um grupo organizado ia conseguir as coisas que a gente conseguiu aqui dentro. Porque a gente solta brigando sozinha não ia conseguir nada, então nós ficamos bem mais forte juntando um grupo de 20 pessoas que se

⁴⁰ Agente comunitário, diretor na 2ª gestão da Chapa Rosa, filho de Maria Amélia Belfort em entrevista concedida a autora em maio de 2005.

⁴¹ Conferir no anexo 2 as letras de dois sambas de autoria de Maria Amélia, apresentados pelo Grupo de Mulheres durante esse encontro. Muitos entrevistados mencionaram os sambas e poesias sobre a Nova Holanda escritos por ela, contudo, pouco desse material pode ser encontrado atualmente. De acordo com seu filho, em uma crise nervosa, Maria Amélia rasgou toda sua produção.

formou a associação de moradores, fizemos uma Assembléia e aí o grupo foi crescendo, os moradores participando mesmo, não é exagero, participavam mesmo, dava opinião, questionavam tudo”.⁴²

Vale lembrar que a atuação do poder público, principalmente nas favelas, obedecia a uma lógica assistencialista e descompromissada, logo, alguns políticos se beneficiavam dessa lacuna e formavam grandes “currais eleitorais” nas favelas e os votos eram trocados por pequenos favores.

Na medida do possível, o trabalho realizado tanto pelo Grupo de Mulheres quanto pelo grupo de técnicos da CEBES foi desenvolvido com uma certa independência em relação aos esquemas políticos tradicionais. Contudo, havia diversos conflitos dentro do grupo em relação a essa postura.

Naquele espaço, onde eram realizados as reuniões e o atendimento médico, formou-se então o Posto de Saúde Comunitária, ou Postinho, como é mais conhecido pelos moradores. Essa construção se deu em paralelo com o fortalecimento do Grupo de Mulheres e cada vez mais outras pessoas iam se agregando ao grupo, como relembra uma das agentes comunitárias:

“Eu conheci através da Eliana e de outras pessoas daqui. Nós começamos a conversar e ela fez uma proposta, convidou a gente a participar do trabalho comunitário voluntário, participar do trabalho comunitário, reuniões, informações, um pouquinho aqui, um pouquinho ali e a gente

⁴² Agente comunitária e colaboradora na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

*começou a conhecer as pessoas e formou esse trabalho, um trabalho comunitário. Eu não lembro, não sei o nome agora, mas começou a vir outras pessoas de fora mostrando um trabalho sobre o corpo da mulher, como era o corpo da mulher. Eu não conhecia nem isso aí”*⁴³

E assim, com a ampliação das atividades do Postinho, a população também passou a participar mais das reuniões e dos atendimentos.

*“E aí nesse grupo, começou a ter grupo de mulheres, que era pra discutir as questões da mulher: da maternidade, do corpo da mulher, dos métodos anticoncepcionais, enfim, todas as questões que fossem desejadas e que as pessoas quisessem discutir”*⁴⁴

O trabalho realizado no Postinho visava a formação de outros grupos que reivindicassem por seus direitos, logo a sua ação não era restrita apenas à área da saúde. Essa postura se deu devido ao contexto político daquele momento, na medida em que havia uma desconfiança dos moradores nas políticas implementadas pelo Estado, com sua lógica autoritária e excludente de cumprir positivamente as reivindicações dos moradores.

“Essa postura faz com que as discussões sobre as formas coletivas de organização fossem dirigidas para a busca da construção de entidades geridas pelos próprios moradores.

⁴³ Agente comunitária e diretora na 3ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

⁴⁴ Orientadora educacional da Escola Municipal Nova Holanda em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

O Posto de Saúde Comunitária desenvolveu-se a partir desta concepção, bem como outras entidades que surgiram posteriormente” (Silva, 1995: 89).

A partir de 1981, o trabalho no Postinho toma novos rumos e se volta para a formação de agentes de saúde locais, visto que a idéia central era de formar grupos dentro daquele espaço e, buscava-se, ainda, uma maior participação dos moradores frente aos problemas da comunidade. Para isso, eram realizadas reuniões na rua, onde todos pudessem participar.

Segundo o médico que atuou no Posto de Saúde:

“Nós passamos de um momento em que o atendimento era eminentemente a presença de um médico, que dava conta disso, a um processo de treinamento de agentes em cuidados básicos e manuseio de equipamentos para consulta. Nós tínhamos agente de saúde que mediam a pressão, mediam a temperatura, faziam curativos, prestavam os primeiros socorros. Então, nós tínhamos também na equipe, pessoas que na sala de espera faziam uma discussão com os pacientes que aguardavam atendimento”.⁴⁵

Dentro desse cenário, a atuação da Igreja Católica também foi fundamental. Nesse período não existia uma capela em Nova Holanda e as pessoas freqüentavam a capela do Parque Maré, vizinha da comunidade. E foi lá que se formou o Grupo Jovem,

⁴⁵ Médico sanitário que atuou no Posto de Saúde na década de 1970 em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

que também teve um importante papel nesse cenário, pois muitos dos agentes comunitários, tanto de saúde quanto de educação, saíram desse grupo. A Eliana⁴⁶ foi uma delas.

*“Eu participava do grupo jovem em 1980, mas não era na Nova Holanda, era no Parque Maré, No grupo jovem tinha um trabalho que era esse trabalho de assistência às famílias mais pobres e nesse momento eu passei a ter uma atuação muito voltada pra esse lado, que era um lado assim, muito assistencial. O que a gente fazia era ir visitar e tinha que levar uma bolsa de comida todo mês”.*⁴⁷

O grupo que se formou a partir de 1981 tinha uma proposta um pouco diferenciada da primeira equipe de trabalho e buscava os agentes a partir dos grupos que já existiam na comunidade. Segundo depoimento da presidente na primeira gestão:

“No início da década de 80, vem um outro grupo de profissionais, que também eram da Escola Nacional de Saúde Pública, só que com outras propostas. Eles vieram com uma proposta diferente de envolvimento com a comunidade. Eles visitaram vários grupos: a Igreja, o pessoal

⁴⁶ A família de Eliana chegou em Nova Holanda na década de 1970, vinda de uma cidade chamada Serra Branca, situada no interior da Paraíba. Seus pais e seus cinco irmãos moravam em uma casa na rua Principal onde na parte da frente construíram o “Armarinho da Principal”. Todos os seus irmãos também frequentaram a Universidade. Em 1995, concluiu a dissertação de Mestrado em Educação na PUC-Rio (O movimento comunitário na Nova Holanda: na busca do encontro entre o político e o pedagógico) e no ano seguinte, junto com um grupo de moradores, fundou o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), instituição que atua na área da Maré e tem como missão a constituição, fortalecimento e/ou articulação das redes sociais nas quais se valorize o papel social do morador, as ações solidárias e o respeito à diferença.

Hoje, além de trabalhar na pró-reitoria de extensão da UFRJ como técnica em assuntos educacionais, elaborando projetos pra comunidades populares, também cursa o doutorado.

⁴⁷ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

*do Mataram Meu Gato, o Grupo de Mulheres, quer dizer, eles foram conhecendo na Nova Holanda, o que existia de organização, de movimento social”.*⁴⁸

E acrescenta que:

*“Quando eles chegaram na Igreja, um sábado de tarde, participaram de uma reunião do grupo jovem. Eu me lembro bem, eles participaram da nossa reunião, colocaram que eles estavam chegando, que eles queriam fazer um trabalho ali, que o MEC tinha financiado um projeto e tal e que eles tavam visitando os grupos e eles iam selecionar pessoas pra trabalhar. Eles visitaram vários grupos pra selecionar. Selecionaram na Igreja eu e Amarildo”.*⁴⁹

Então, atendimento médico ficou um pouco diferenciado. Durante o tempo de espera das consultas, aconteciam grupos de discussão e palestras, não só sobre as questões que envolviam saúde/doença, mas sobre os problemas da sociedade como um todo.

O médico que atuava no Postinho resumiu com bastante eficiência a atuação do Posto e a importância que ele teve na Nova Holanda, não apenas do sentido do atendimento em um local onde não havia esse tipo de serviço básico, mas, na contribuição para formação de lideranças que atuaram posteriormente na associação de moradores.

“O posto de saúde era muito mais que um posto de saúde,

⁴⁸ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

⁴⁹ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

*era um local que, quando não estava tendo atividade de assistência, era um local de reunião, era um local de convívio. Quando as pessoas falavam no posto de saúde é porque os agentes de saúde tinham a chave do posto de saúde, eles abriam e fechavam, eles cuidavam daquilo como um patrimônio de Nova Holanda, mais do que isso, como um patrimônio público de Nova Holanda. Então nas reuniões nasciam discussões em relação à questão de valas a céu aberto, à questão do lixo, à questão da falta de vagas na escola, eram coisas que eram discutidas pra dentro do centro de saúde”.*⁵⁰

A preocupação do projeto se pautava em três eixos: a) atenção à saúde; b) trabalho comunitário organizado; e c) sistematização, discussão e organização da experiência. Essa preocupação entre reflexão e prática foi de fundamental importância para as ações que se seguiram, como ressalta a presidente na primeira gestão, sobre a época em que trabalhou como agente comunitária no Posto de Saúde:

“Eles propuseram que a gente fosse fazer uma pesquisa pra montar o projeto de como é que seria o trabalho deles. Eles não queriam chegar propondo um projeto. Diferentemente dos outros médicos, eles tinham propostas diferentes. Cada um de nós tinha responsabilidade por um número x de ruas. A nossa tarefa era ir de porta em porta conversar com os

⁵⁰ Médico sanitário que atuou no Posto de Saúde na década de 1970 em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

*moradores e fazer reuniões por ruas pra descobrir qual era o maior problema da Nova Holanda. Porque na verdade o projeto queria atuar em cima do maior problema”.*⁵¹

Nesse contexto, a Escola Municipal Nova Holanda, também participa das ações realizadas junto ao Posto de Saúde e um dos primeiros programas implementados pelo projeto de Educação e Saúde foi o Programa de Saúde Escolar (PROSE), incluído no currículo de ciências da Escola. Então, além da preocupação com questões da saúde, o movimento caminhava em direção à educação. Isso a partir da intervenção da própria comunidade como comenta a orientadora educacional:

*“Eu sei que aí, conseguiram uma parceria com o MEC pra pedir um financiamento pra esse projeto do postinho comunitário, que começou a ter várias atividades com os moradores que começaram a vir participar. Sempre existem aquelas lideranças que nem sabiam que eram líderes, mas que vão aparecendo porque se interessam, querem participar da coletividade”.*⁵²

O trabalho que foi sendo realizado nesse período convergiu para definir o papel assumido na organização de Nova Holanda.

“A partir do aumento da inserção dos membros da equipe na localidade, novas questões passam a ser colocadas para o movimento. A exigência de respostas às necessidades básicas mais complexas, como a habitação, o saneamento, a

⁵¹ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

⁵² Orientadora educacional da Escola Municipal Nova Holanda em entrevista concedida a autora em novembro de 2004

posse da terra, a segurança pública, entre outras, levam à reflexão sobre a organização de novas formas de luta, expressas em novas entidades, tais como a Associação de Moradores e a Cooperativa de Materiais de Construção. Ao mesmo tempo, a consolidação do trabalho no campo educacional se fundamenta na constituição da Creche e Escola comunitárias” (Silva, 1995: 92).

Entendemos, desse modo, que a intensa mobilização dos moradores tenha sido motivada pela falta de participação no processo de constituição de sua organização comunitária, bem como tem raízes na própria conformação do espaço da favela Nova Holanda. Além de outros elementos, que apontamos como importantes nesse processo de mobilização, como o forte controle que a Fundação Leão XIII exercia no cotidiano dos moradores e as precárias condições de vida na Nova Holanda.

A forma que os moradores encontraram de ampliar a mobilização que acontecia no Posto e na Escola se materializou na possibilidade de realizarem uma eleição para a Associação de Moradores, que já existia desde 1981, mas que não representava efetivamente seus interesses. Com esse objetivo, esse grupo constituiu uma Chapa que continha membros de todas as entidades locais, mas com hegemonia das mulheres, foi batizada de Chapa Rosa.

Capítulo 4:

A força da Associação de Moradores: a construção da memória coletiva

Este capítulo analisa a atuação da Chapa Rosa no período em que esteve à frente da Associação de Moradores de Nova Holanda. O objetivo é, a partir dos depoimentos dos atores envolvidos no processo, destacar os aspectos mais significativos da memória coletiva dessa comunidade, enfatizando o significado concreto e subjetivo dessa associação na vida dos indivíduos, na construção da identidade e na relação com o espaço.

4.1. A conquista da Associação de Moradores pela Chapa Rosa

A Chapa Rosa foi o resultado de um processo de mobilização popular que ocorria em Nova Holanda desde o final dos anos de 1970, que tinha como objetivos a conquista de equipamentos urbanos básicos, tais como a canalização de redes de água potável, esgoto sanitário e de energia elétrica. Contudo, as demandas foram ampliadas, principalmente a partir dos anos 1980, sendo a luta pela direção da Associação de Moradores a principal bandeira a ser buscada.

Embora a Associação de Moradores já existisse desde o início da década de 1980, por imposição do Projeto Rio⁵³, ela não representava efetivamente os interesses dos moradores. Como ressalta Luna (1992), a Fundação Leão XIII, que funcionava como a administradora de Nova Holanda, interveio no processo de formação da associação de moradores, aclamando uma diretoria com integrantes vinculados à instituição, não havendo, então, eleição direta.

⁵³ Como já apresentado nos capítulos 2 e 3, o Projeto Rio foi uma intervenção do Governo Federal, que tinha por objetivo urbanizar as favelas situadas ao longo da Avenida Brasil, priorizando as do Complexo da Maré (Parque União, Parque Rubens Vaz, Parque Maré, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau), removendo os moradores das palafitas para os Conjuntos Habitacionais que estavam sendo construídos naquela mesma área. Cabe destacar que a mediação entre os moradores e o governo deveria ocorrer através das associações de moradores. Sobre o Projeto Rio, ver, entre outros: BURGOS, 1998; LUNA, 1992; VALLA, 1986.

“Em função do encaminhamento adotado na execução do Projeto Rio, que previa a parceria entre órgãos públicos e as associações de moradores locais, o BNH exige, para que Nova Holanda participe das discussões, a criação de uma entidade representativa dos moradores. Em julho de 1981 é fundada a Comissão para Melhoramentos do Parque Nova Holanda, entidade criada pela Fundação Leão XIII, cujos diretores eram eleitos por aclamação em assembléias organizadas pelo órgão estadual” (Luna, 1992: 75).

Dessa forma, a Fundação Leão XIII permanecia manipulando a comunidade e exercendo seu poder de tutela, alegando, principalmente, a provisoriedade da ocupação das casas que eram propriedade do Estado, fortalecendo assim, no imaginário local, o mito da remoção.

O controle exercido pela Fundação Leão XIII apareceu na maioria das falas dos entrevistados como um entrave na vida daqueles moradores, pois impedia qualquer tipo de obra no espaço físico de Nova Holanda, assim como nas residências, que depois de anos de ocupação, já estavam completamente deterioradas. E, sobretudo, dificultava a criação de uma identidade entre moradores com aquele espaço, como observamos no relato a seguir:

“Era muito de controle, assim, de querer controlar. As pessoas não podiam construir suas casas, fazer nenhuma melhora de obras em suas casas. Então era um órgão de controle dentro da comunidade, não eram bem vistos pela comunidade. Nova Holanda, por muito tempo, as pessoas

*não queriam fazer nenhuma obra em casa porque achavam que um dia iam ser removidos dali, tinha esse mito da remoção nas cabeças das pessoas: -Não vou gastar dinheiro na minha casa porque eu vou ter que sair daqui mesmo. Então isso ficou muito tempo esse mito da remoção”.*⁵⁴

Isso refletiu diretamente na atuação do Projeto Rio em Nova Holanda e na sua representatividade na CODEFAM⁵⁵, órgão formado pelos presidentes das associações de moradores da área da Maré para ser mediador entre as ações do Projeto Rio e a comunidade.

Conseqüentemente, Nova Holanda não se beneficiou com as obras de saneamento que ocorreram nas demais áreas da Maré. Somente algumas palafitas foram removidas naquela área. A Comissão existente não buscou nenhum benefício para a comunidade.

Nesse período, alguns moradores já estavam se organizando, seja no Grupo de Mulheres ou no Posto de Saúde Comunitária, através dos agentes comunitários de saúde e educação, e cada vez mais outros moradores se juntavam ao grupo, ampliando e fortalecendo a mobilização. A conquista de uma associação de moradores que fosse representativa dos interesses da comunidade era então, o objetivo a ser buscado, já que a Comissão existente não atendia às necessidades dos moradores.

Dentre os muitos fatores que contribuíram para a organização dos moradores, a atuação dos técnicos no Postinho e a luta pela água, iniciada pelo Grupo de Mulheres, aparecem nas entrevistas, como fundamentais para o movimento associativo. Até

⁵⁴ Presidente na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

⁵⁵ Ver capítulo 3.

mesmo os moradores que só se envolveram posteriormente, se remetem a esses fatos como fundamentais na organização que se seguiu. Seguem alguns relatos:

*“O elemento que foi deflagrador da mobilização foi a questão da água na Nova Holanda, que, como eu disse, em função da saturação das estruturas, simplesmente não existia. Mas eles tinham clareza que o movimento pela água era apenas um movimento estratégico. A intenção era realmente ampliar esse movimento. Então, o objetivo na verdade, era tomar a Associação de Moradores e criar, através da Associação, um elemento de agregação, de elaboração e de ascensão a uma condição cidadã”.*⁵⁶

“Muito em função dos problemas que as pessoas estavam vendo e ninguém resolvendo. Os políticos iam lá só pra pedir voto em época de campanha, prometiam coisas e não cumpriam. Ou, iam lá, botavam asfalto na semana da eleição e iam embora. Teve uma coisa que foi instigante desse envolvimento, que levou as pessoas a se reunirem e discutirem, que foi o trabalho do posto de saúde que tinha lá. As pessoas começaram a fazer reuniões pra discutir saúde,

⁵⁶ Agente comunitário, diretor na 2ª gestão da Chapa Rosa, filho de Maria Amélia Belfort em entrevista concedida a autora em maio de 2005.

*mas aí acabavam repetindo vários assuntos da comunidade”.*⁵⁷

Essa visão também é compartilhada pela orientadora educacional da Escola Nova Holanda e pelo médico que atendia no Posto de Saúde Comunitário:

*“Até que os moradores, de repente, foram criando, foram construindo, uma identidade entre os moradores que se revelava na necessidade de conseguir melhorias para aquela comunidade, atendimento, urbanizar aquela comunidade, atendimento de serviços de base, de lixo”.*⁵⁸

*“A formação, a inserção de, no início poucas pessoas, tipo Maria Amélia, depois Clélia, depois José nesse processo de montar um movimento de interação e de debate público com a associação dos moradores, é bem claro que a compreensão das pessoas era de que não dava para mudar a situação, se não tivesse um debate ampliado, político contra as instâncias de poder, para dentro da Nova Holanda e para fora da Nova Holanda, os órgãos públicos que estavam na época tinham uma certa atuação, embora muito débil, em Nova Holanda”.*⁵⁹

⁵⁷ Presidente na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

⁵⁸ Orientadora educacional da Escola Municipal Nova Holanda, em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

⁵⁹ Médico sanitário que atuou no Posto de Saúde na década de 1970 em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

Nessa perspectiva, os moradores começaram a levantar as possibilidades de haver uma eleição como ressalta a presidente na primeira gestão:

*“E o quê que eu fiz? Eu fui ao cartório pra levantar o estatuto da associação da Nova Holanda, porque ela já tinha sido registrada. Aí fui eu e o Amarildo no cartório, a gente pegou uma cópia e leu que dali há dois ou três meses acabava o mandato do presidente. Foi aí que a gente viu uma oportunidade de forçar haver uma eleição na Nova Holanda”.*⁶⁰

Após intensas discussões com os representantes da Fundação Leão XIII, consegue-se deflagrar um processo eleitoral. Uma comissão composta por moradores e funcionários da Fundação Leão XIII foi formada para acompanhar e coordenar toda a campanha. Algumas instituições como a Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e a Secretaria de Justiça através do secretário Vivaldo Barbosa também acompanharam todo o processo. As eleições foram marcadas para o dia 15 de novembro de 1984 e duas chapas se inscreveram para concorrer ao pleito.

A Chapa Rosa, formada pelo grupo que já havia sido articulado, contava com membros de diversas entidades locais, teve como candidata a presidente, Eliana Sousa Silva, 22 anos, agente comunitária de educação e estudante de letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também conhecida como “Eliana do Armarinho”, pois seus pais possuíam um estabelecimento caracterizado pela venda de produtos variados.

⁶⁰ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

Sobre a formação da Chapa Rosa e a indicação da candidatura de Eliana, a orientadora educacional faz um importante resumo:

*“A Chapa Rosa, na verdade, acabou sendo uma conseqüência do desconforto – desconforto não, desconforto é fraco – da revolta, da consciência que as pessoas tavam tendo dos direitos que não eram atendidos em relação a diferentes aspectos: moradia provisória, não tem saneamento, não tem serviço de coleta de lixo, não tem vaga para todas as crianças em escolas próximas, enfim. Então vamos nos organizar e vamos fazer uma eleição aqui na associação de moradores”.*⁶¹

E acrescenta que:

*“A Eliana, desde o começo teve uma participação nesse trabalho, desde que começou, ela esteve presente, participando e foi natural, quase que uma unanimidade que ela fosse candidata a presidente da associação de moradores, mesmo sendo uma menina, uma moça, uma menina”.*⁶²

Percebemos através dos depoimentos colhidos que a articulação com os outros grupos existentes na comunidade foi fundamental para fortalecer tanto a chapa quanto o processo eleitoral.

⁶¹ Orientadora educacional da Escola Municipal Nova Holanda, em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

⁶² Orientadora educacional da Escola Municipal Nova Holanda, em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

“Como eu te falei, tinha um pessoal do grupo jovem que atuava na Igreja e eles foram a base, eles e alguns outros moradores que tinham um nível de liderança na comunidade. Foi um trabalho assim de casa em casa, porta em porta, falando que a gente precisava de ter uma Associação de Moradores combativa, que atuasse, que não fosse mais um braço do governo. Porque lógico que pra você conseguir as conquistas de melhorias, você tem que ter parcerias com o governo, agora não é o governo que tem que determinar o que você quer, o que você precisa.”⁶³”

A chapa de oposição, Chapa Verde, foi formada com o apoio da Fundação Leão XIII e tinha como candidato a presidente Antônio Francisco da Silva, o Totonho da Comlurb, 43 anos, compositor do bloco carnavalesco: “Mataram Meu Gato” e funcionário da empresa pública.

Em entrevista concedida à autora, o candidato à presidência da Associação pela Chapa Verde revelou que foi muito importante para a Nova Holanda todo aquele processo e que mesmo tendo sido derrotado, ele reconhece a importância e as conquistas que a Chapa Rosa proporcionou para aquela comunidade⁶⁴.

⁶³ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

⁶⁴ Totonho chegou a Nova Holanda removido de uma favela situada no Centro do Rio de Janeiro em 1965, casado e pai de cinco filhos, sua grande paixão é o carnaval, tanto que segundo ele, passou a lua de mel na Marques de Sapucaí, desfilando pela Escola de Samba Salgueiro. Foi vice-presidente e compositor do bloco carnavalesco Mataram Meu Gato, que virou Escola de Samba O Gato de Bonsucesso, situada na rua Sargento Silva Nunes, em Nova Holanda. Hoje é diretor de ala no Salgueiro. Infelizmente, um dia após a entrevista concedida, Totonho teve que sair de Nova Holanda por conta de problemas com o tráfico de drogas. Por não ter conseguido autorização para usar suas falas nesse trabalho, optei por revelar apenas as anotações realizadas no diário de campo.

De acordo com o estatuto elaborado pela Comissão para Melhoramentos do Parque Nova Holanda, que equivalia a associação de moradores, em caso de eleição direta, só poderiam votar moradores que estivessem cadastrados na associação. Como a maioria dos moradores não tinha esse cadastro, a comissão eleitoral definiu um período de um mês para que os moradores pudessem se cadastrar. Esse cadastro seria feito através de um atestado de residência emitido pela Fundação Leão XIII. Com esse documento, o morador poderia ir até a comissão eleitoral e se inscrever para votar na eleição⁶⁵.

Na busca de conquistar votos, os integrantes da Chapa Rosa fizeram uma campanha para que os moradores se cadastrassem na comissão.

*“Então, o que nós fizemos, nós da Chapa Rosa? Fomos de casa em casa falar que tinha esse período, que era muito importante, que as pessoas fizessem, porque era uma forma de mudar. A gente conseguiu mobilizar quase 1.800 pessoas, porque a gente foi realmente de porta em porta. Eu andei a Nova Holanda inteira; eu não andei só umas quatro ruas, mas todas as ruas, eu fiz questão de ir em todas as ruas”.*⁶⁶

A campanha eleitoral se deu de uma forma muito intensa. De acordo com alguns depoimentos, as pessoas que eram ligadas à Chapa Rosa, não mediam esforços para conquistar votos⁶⁷.

Conforme as recordações de uma das agentes comunitárias:

⁶⁵ Conferir no anexo 3 o modelo de atestado de residência emitido pela Fundação Leão XIII.

⁶⁶ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

⁶⁷ Conferir no anexo 4 exemplos de panfletos da Chapa Rosa, utilizados na campanha de 1984.

“A gente batia de porta em porta pedindo votos, falando das nossas promessas, o que a gente queria pra comunidade. Pedindo votos mesmo. A gente é muito conhecida aqui dentro, então quer dizer, cada morador a gente parava pra conversar mesmo, falar: vota. Tinha que convencer ele mesmo da idéia que seria ótimo essa chapa tá no poder, né. Era mais ou menos assim, tá no poder pra conquistar as melhorias que ele morador precisava né. Aí a gente panfletava, colava cartaz, colava, fazia faixa, ih, me lembro de tudo, a gente trabalhou muito”.⁶⁸

A Chapa Verde também trabalhou muito na conquista de votos, mas de acordo com os entrevistados ligados à Chapa Rosa, eles realizaram uma campanha baseada em calúnias e intrigas, apoiados pela Fundação Leão XIII que não queria perder seu poder de tutela na comunidade.

“Eles participaram de uma forma bastante acintosa e desrespeitosa do processo. Tudo que eles puderam fazer pra impedir o processo, pra beneficiar os aliados, eles fizeram sem o menor constrangimento, desde apoio financeiro à campanha de difamação das outras pessoas da outra chapa. Foram coisas bastante duras, né? E pra gente que não tínhamos experiência disso, que éramos do grupo da Igreja, a gente teve que dar conta de uma situação muito

⁶⁸ Agente comunitária e colaboradora na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

*complicada, às vezes a nossa vida exposta assim, de uma forma muito perversa, mentirosa, caluniosa”.*⁶⁹

A eleição foi realizada na data marcada e a Chapa Rosa conseguiu eleger Eliana, primeira e mais jovem mulher presidente de uma associação de moradores, tendo 1.137 votos, contra 417 da chapa de oposição.

A grande mídia, através de jornais e revistas, acompanharam o processo eleitoral e o resultado das eleições. Alguns moradores contaram que até mesmo a TV Globo estava presente nesse dia noticiando a votação e a apuração.

Todo esse interesse surgiu devido ao caráter singular dessa eleição, afinal, diante de um cenário político nacional em transição para um modelo democrático, uma efervescência dos movimentos sociais e a campanha pelas “Diretas Já”, qualquer tipo de mobilização que valorizasse esses aspectos contribuía para o fortalecimento da democracia.

Seguem alguns exemplos das manchetes da época:

Nova Holanda: chegou a hora de ir às urnas

Totonho e Eliana, os dois candidatos estão confiantes na vitória na eleição para a associação dos moradores, que será coordenada pela Secretaria de Justiça. (Jornal da Leopoldina – 09 de novembro de 1984)

⁶⁹ Agente comunitário, membro da comissão eleitoral em 1984, em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

*Nova Holanda elege estudante de 22 anos para associação
Eliana Sousa Silva, de 22 anos, venceu ontem a eleição para
presidente da associação de moradores da Favela Nova
Holanda, em Bonsucesso, com uma campanha pela união da
comunidade e “pelas diretas já”. A chapa rosa derrotou a
Verde, de situação, encabeçada por Totonho da Comlurb –
43 anos, sambista, compositor, cinco filhos e fiscal da
empresa pública. (Jornal do Brasil – 16 de novembro de
1984)*

Na Maré das Diretas

*Os 13 mil habitantes da favela Nova Holanda, na Zona Norte
carioca, têm desde esta semana uma universitária de letras
na presidência de sua Associação de Moradores: é a
estudante Eliana Sousa Silva, 22 anos, da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, que concorrendo pela Chapa
Rosa, foi a primeira eleita pelo voto direto na região da Maré,
onde existem sete favelas. (Revista Isto é – 28 de novembro
de 1984)*

Ao mesmo tempo, a vitória de Leonel Brizola nas eleições de 1982, para o governo do Estado do Rio de Janeiro em pleito direto e com uma plataforma que propunha realizações que favoreciam especialmente os moradores de favelas, permitiu, de certa forma, uma ampliação no espaço de participação.

A partir desse período, as associações de moradores passaram a se constituir como um interlocutor entre o Estado, via Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação (SMTH), e os moradores⁷⁰.

⁷⁰ A relação que se estabeleceu ao longo das gestões da Chapa Rosa especialmente com a SMDS é apontada como um dos fatores que contribuíram para ampliar as divergências entre os membros da diretoria e serão analisadas no capítulo seguinte desse trabalho.

4.2. A atuação da Chapa Rosa

Com a vitória da Chapa Rosa, inicia-se na Nova Holanda um período de grandes mudanças estruturais que contribuíram para a consolidação daquele espaço, tanto para os moradores quanto para a relação com o poder público. Esse primeiro momento marca a perda do poder de tutela da Fundação Leão XIII que há 22 anos regulava as ações e o cotidiano da comunidade. Na verdade, nessa eleição, os moradores escolheram se permaneciam ou não sob tutela do órgão. Essa escolha representou também uma ruptura definitiva com o “fantasma da remoção”.

Aos poucos, a Fundação foi perdendo seu espaço e a Chapa Rosa foi se impondo como legítima representante dos moradores da comunidade. Até mesmo os prédios ocupados pela Leão XIII foram gradativamente sendo cedidos à nova Associação. Vale destacar que essa cessão não se deu de forma espontânea e tranqüila, pois havia uma disputa política muito intensa entre os membros da Fundação e os dirigentes da associação, como assinala a presidente na primeira gestão:

“E a gente assumiu a associação sem nada, até o prédio a Leão XIII tinha tomado quando viu que a gente ganhou a eleição. A gente teve que começar do zero. Então eu tive realmente o papel de estar criando essas condições, porque do grupo eu era a que tinha mais experiência, eu já estava na universidade, então, eu cumpri muito assim um papel pedagógico”.⁷¹

A Chapa Rosa esteve à frente da associação de moradores durante três gestões consecutivas. As duas primeiras - entre 1984 e 1990 - se caracterizaram pelas obras de

⁷¹ Presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

infra-estrutura e pela intensa participação dos moradores. A última, entre 1990 e 1993, marca a crise na instituição que foi causada pela desarticulação dos projetos em desenvolvimento e pela forte divisão entre os dirigentes, especialmente no grupo hegemônico, formado pelos moradores que estavam desde o início.

A proposta da nova associação de moradores era de ser uma entidade política e autônoma, não cabendo a execução de projetos, mas o seu encaminhamento aos órgãos públicos, sem, contudo, ser atrelada a eles. Para isso, contava com a participação dos moradores que indicariam as demandas para a diretoria da associação.

Uma das primeiras medidas implementadas pela nova associação foi a realização de uma Assembléia Geral, realizada em dezembro de 1984, onde foram definidas as prioridades do trabalho da associação e foram eleitos os membros que comporiam a diretoria e o conselho de representantes de rua⁷².

Os representantes de rua foram muito importantes para a AMANH, pois eram através deles que as notícias sobre a associação e as demandas para a comunidade surgiam. Eles eram os interlocutores entre a direção da associação e os moradores. Ao longo de todo o processo, muitos representantes de rua chegaram à direção da instituição e até à presidência, na terceira gestão. Assim nos revela a presidente da primeira gestão:

“Foi feito uma mobilização para escolher um representante por rua. Então, você tinha além da diretoria, 33 pessoas que trabalhavam pela Nova Holanda e a tarefa era discutir com a

⁷² Após essa Assembléia, os dirigentes trabalham na elaboração do novo estatuto da Comissão para Melhoramentos do Parque Nova Holanda que, depois de aprovado pelos moradores em Assembléia Geral, passa a ser chamada de Associação dos Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH).

*rua. Além da assembléia, a gente tinha uma reunião mensal com os representantes de rua, porque aí, a informação chegava muito rápida. Se a gente conseguia alguma coisa, em vez de reunir pra divulgar, a gente tinha a reunião com os representantes de rua, e o representante de rua saía espalhando. Isso funcionou muito bem por um determinado tempo. Várias pessoas que depois viraram diretores foram pessoas que foram representantes de rua”.*⁷³

A questão das assembléias e da participação dos moradores, assim como as reuniões realizadas pelos representantes de rua e os cursos e seminários oferecidos pela AMANH são revelados na maioria das entrevistas como um importante espaço de diálogo entre a associação e os moradores.

A direção da associação convocava os moradores a participarem das assembléias e das reuniões através de chamadas em carros de som e por meio de panfletos⁷⁴. Estas eram realizadas, na maioria das vezes, na Escola Municipal Nova Holanda, onde todos os presentes discutiam os problemas da comunidade e votavam uma possível solução. Assim relembra um das diretoras da segunda gestão da Chapa Rosa:

“As pessoas que tinham aquele espírito de lutar por um ideal melhor, todos eles iam à assembléia. A gente lotava aquele pátio da Escola Nova Holanda, ficava lotado de moradores. Tinha quorum para decidir qualquer coisa, porque ali estava

⁷³ Presidente da 1ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

⁷⁴ Conferir no anexo 5 alguns panfletos dessas convocações.

*a maioria dos moradores. Tinha muita gente idosa, tinha na época como tem agora, pessoas que moravam de aluguel, pessoas que não tinha direito de lutar por uma coisa que nem é sua, mas a pessoa que realmente queria alguma coisa, estava sempre militando com a gente, nas campanhas da chapa, as pessoas saiam e ajudavam”.*⁷⁵



Foto 5: Assembléia de moradores realizada na Escola Municipal Nova Holanda. Arquivo pessoal.

⁷⁵ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.



Foto 6: Reunião com representantes de rua. Arquivo Imagens da Terra.

Além das assembléias, que podemos indicar como elemento constituinte da memória coletiva de Nova Holanda, elencamos ainda as ações da Chapa Rosa, lembradas ao longo das entrevistas e que também atribuímos como parte dessa memória e contribuem na construção de uma identidade coletiva, a saber: as obras de saneamento básico, o aterro do valão, a eletrificação, a construção da creche e do posto de saúde, além da reforma do Dúplex e da formação da Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda (COOPMANH)⁷⁶.

⁷⁶ Para efeitos desse trabalho, mencionaremos apenas o processo de formação da cooperativa. Para maiores informações sobre essa instituição ver os trabalhos de: LUNA, Marluccio. *Projeto Registro da História da COOPMANH: contribuição aos programas de habitação popular*. Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda, Rio de Janeiro, 1992 e OLIVEIRA, Isis Volpi de. *“Quem sabe faz a hora ...”: a gestão popular na produção da habitação*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, 1993.

*“Ao longo das três gestões que eu acompanhei, uma coisa marcante, foram as obras de esgoto dentro da comunidade. Teve a questão das casas do Dúplex, a gente conseguiu construir as casas, que eram barracos de dois andares, nós conseguimos com muita mobilização, passeatas, uma grande participação dos moradores da Nova Holanda. A gente fazia assembleias super cheias, as pessoas participavam muito. Além da creche, a escola comunitária, o posto de saúde que tem lá hoje. O que você vê hoje lá de serviços foi conquista da associação de moradores”.*⁷⁷

Da mesma forma, lembra o agente comunitário:

*“Então a gente implantou a creche, melhorou o posto de saúde, melhorou a relação com a escola, implantou programas de bolsas de distribuição de alimentação, trabalho de rádio comunitária de comunicação das pessoas, telefone, que era uma coisa que não tinha, serviço de distribuição de correspondência que era uma coisa que também não tinha lá na época. Toda a urbanização da comunidade, cooperativa de material de construção. Agora, eu acho que a urbanização foi a coisa mais marcante”.*⁷⁸

Percebemos que o problema mais urgente a ser enfrentado era o saneamento básico, visto que a estrutura instalada ainda era a mesma desde a construção do CHP

⁷⁷ Presidente na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

⁷⁸ Agente comunitário, membro da comissão eleitoral em 1984, em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

e que já nessa época era muito aquém das necessidades. A falta de manutenção e o crescimento de Nova Holanda levaram à deterioração completa das redes de água e esgoto.

A primeira solução encontrada foi a realização de mutirões nos fins de semana para limpeza das valas e desentupimento da rede esgoto. Contudo, essa ação se mostrou insuficiente na solução do problema e assim foram solicitadas providências à Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), órgão responsável pela manutenção das redes, que não atendeu à solicitação.

Diante desse quadro, os diretores da AMANH entraram em contato com os diretores das outras associações da área da Maré. Juntos reivindicaram pelas obras que deveriam ser realizadas no período do Projeto Rio, mas que não saíram do papel. As reivindicações foram encaminhadas ao Banco Nacional de Habitação (BNH).

Segundo Luna (1992: 113),

“As associações também procuram a Secretaria Estadual de Obras e Meio Ambiente e expõem todo o problema. A partir de então, inicia-se a negociação entre o governo federal, o governo estadual e as associações de moradores. O resultado final da negociação foi a retomada das obras de urbanização em outubro de 1985. Para isso, foi criado o Programa Especial da Maré – PEM. Os recursos necessários vieram através de financiamento do BNH e a execução das obras pelo Estado, através da CEDAE.”

Como resultado dessa reivindicação, foi criado o Programa Especial da Maré – PEM onde seriam retomadas as obras de urbanização em toda aquela área já prevista

no Projeto Rio. A execução das obras ficou a cargo da CEDAE, que instalou um posto para atendimento da comunidade em Nova Holanda, e o financiamento dos recursos foi dado pelo BNH. Com o início das obras, a CEDAE instalou um núcleo de atendimento para a área da Maré em Nova Holanda.

Nota-se que a AMANH se situa como articuladora de toda a mobilização, tanto através das assembléias, dentro da comunidade, onde os moradores eram informados sobre o andamento das obras e indicavam novas demandas, quanto em relação às demais associações de moradores da Maré.

Junto com essas obras de saneamento, o valão que dividia a Nova Holanda também foi aterrado e se construiu uma praça, batizada como Praça do Valão, e que até hoje, é o único espaço público de lazer na favela, como destaca uma das diretoras da segunda gestão:

*“Por exemplo, essa praça que você vê aí hoje, bonitinha, com os quiosques, aquilo era um valão, um valão imenso e isso foi uma conquista também da gente ter aquele valão coberto e mais um espaço na comunidade”.*⁷⁹

⁷⁹ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.



Foto 7: Visão do Valão pela Rua Principal. Arquivo Imagens da Terra.



Foto 8: Praça do Valão vista pela rua Tancredo Neves. Bira Carvalho. Arquivo Imagens do Povo/Observatório de Favelas.

A questão da eletrificação também fazia parte das reivindicações dos moradores. Para solucionar esse ponto, os dirigentes da AMANH tiveram que enfrentar dois problemas.

O primeiro era interno: explicar ao morador que a partir daquele momento, para se ter energia elétrica de qualidade, haveria a cobrança por parte da LIGHT, como ressalta a presidente da primeira gestão:

“Quando eu comecei a buscar o processo de mudança da rede elétrica da Nova Holanda na LIGHT, todo mundo ficou com muito medo, porque a partir dali iam pagar energia. Todo mundo me dizia, inclusive as pessoas ligadas a mim e a Maria Amélia: isso vai ser o maior desgaste, você vai ter o maior desgaste quando começar a pagar. O morador vai dizer que depois da Associação, eu estou pagando energia. E eu falava não, depende da forma, se você explicar: Hoje você fica 10, 15 dias no calor desgraçado sem energia, então você vai ter uma energia paga, mas você vai ter como reclamar, como cidadão você vai ter direito”.⁸⁰

O outro era com a própria LIGHT, que queria instalar postes de madeira na comunidade por ser um padrão adotado para as favelas no Rio de Janeiro. Os dirigentes eram contra, pois queriam que os postes fossem de concreto, por serem mais seguros e, principalmente, por conta de incêndios, como a presidente prossegue em seu relato sobre essa questão:

⁸⁰ Presidente da 1ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

“E aí na hora de fazer a eletrificação, a LIGHT queria botar poste de madeira, porque era o padrão para a favela. Existia isso dentro da LIGHT. Aí eu comecei a questionar. Não, não pode ser de madeira, a Nova Holanda não é morro, as ruas são todas planejadas, não tem porque ser de madeira, aqui o poste tem que ser de cimento. Porque se você está mudando a urbanização, vai mudar dentro do mesmo padrão, que é o padrão da cidade. Não tem porque, entendeu? Aí foi a maior briga, isso inclusive demorou mais de um ano”.⁸¹

Depois de muitas discussões e manifestações, a AMANH saiu vitoriosa e a LIGHT instalou postes de concreto em toda Nova Holanda. E ainda forneceu cursos para os moradores aprenderem a utilizar melhor o consumo e baixar os custos.

Para dar continuidade ao trabalho iniciado ainda no Postinho, a AMANH também implementou ações voltadas para a ampliação dos projetos relacionados à educação e saúde. A instalação da Escola Comunitária em um barraco cedido pela Fundação Leão XIII marca o início desse processo.

A proposta de trabalho se baseava na manutenção das turmas de alfabetização a partir da realidade das crianças. O que se pretendia era diminuir o número de repetências na Escola Municipal Nova Holanda, que atendia as crianças a partir da 1ª série.

A Escola Comunitária, orientada para a educação pré-escolar, atendia crianças na faixa etária de 2 a 6 anos, havendo ainda uma turma de C.A. Em 1985, a AMANH

⁸¹ Presidente da 1ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

consegue um convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) para o pagamento dos educadores e da alimentação das crianças.

A construção de uma creche que funcionasse em horário integral era outra reivindicação dos moradores. A creche comunitária foi inaugurada em novembro de 1985 e foi construída em regime de mutirão com apoio financeiro da SMDS.

Em 1989, o barraco dá lugar a um prédio de três andares e a Escola passa a atender 100 crianças divididas em quatro turmas. Houve ainda nesse espaço: turmas de alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes para os jovens.

No que diz respeito à saúde, que foi a força motriz da mobilização, a AMANH não obteve tanto sucesso. Por falta de verbas para pagamento dos técnicos, o Postinho teve seus atendimentos paralisados. Em contrapartida, foi criado o Posto Odontológico Maria Amélia de Castro e Silva Belfort em homenagem a uma das primeiras mulheres que atuaram na mobilização popular de Nova Holanda, falecida um pouco antes da inauguração⁸².

Com a sensível perda do poder da Fundação Leão XIII, os moradores começaram a perceber que a determinação de não poder realizar reformas nos barracos não valia mais. Então, os moradores começaram a construir seus barracos de alvenaria, pois é assim que eles percebem que possuem de verdade a casa, a construção de alvenaria significava o caráter definitivo da ocupação.

Aos poucos os barracos de madeira cederam lugar aos de alvenaria. O processo de autoconstrução se tornava cada vez mais acelerado em Nova Holanda, e com uma característica que se tornou marca nas favelas do Rio de Janeiro, a preparação para um outro pavimento.

⁸² O posto foi inaugurado em 12 de março de 1988.

Contudo, não eram todos os moradores que tinham a possibilidade de realizar as obras para melhoria das casas. Muitos barracos ainda continuavam de madeira, o que representava um risco constante de incêndios.

A pior situação era a do Dúplex, pois os moradores, isoladamente, não poderiam realizar obras, já que o tipo de construção impedia. Se um dado morador modificasse o barraco, conseqüentemente, o outro seria afetado, pois a construção era em estilo vagão.

A AMANH assume com o papel importante de diminuir a discriminação que os moradores do Dúplex sofriam. A presidente da primeira gestão comenta que, melhorar as condições de vida daqueles que ali residiam era um dos objetivos da associação e acrescenta:

“A nossa principal preocupação com o Dúplex era acabar com o estigma. A gente fez mutirões de limpeza no Dúplex; fez campanha de esclarecimento; fez tudo o que era possível pra melhorar um pouco a situação daquelas pessoas. No final vimos que o principal problema era a casa. Se não fossem reconstruídos os barracos, todas as iniciativas nossas seriam paliativas”⁸³.

Assim, a diretoria da AMANH busca a reconstrução dos vagões junto ao BNH e à CEHAB, porém as reivindicações não foram atendidas. A proposta dos órgãos públicos foi a remoção desses moradores para as casas e apartamentos na Vila dos Pinheiros. Não obstante, em assembléia, os moradores recusaram essa idéia e exigiram a reconstrução.

⁸³ Presidente na 1ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

Somente em 1986 a CEHAB encaminha um projeto de reconstrução, mas devido ao elevado custo, o BNH não aprova e as negociações ficam estacionadas. Então a AMANH inicia uma série de manifestações. A primeira foi em junho do mesmo ano, quando moradores do Dúplex fecharam a Avenida Chile, no centro do Rio de Janeiro, exigindo uma solução para o impasse.

O efeito da manifestação foi rápido. O projeto inicial foi revisto e os custos da obra diminuíram, possibilitando o BNH de iniciar as obras. Contudo, no final do ano, o governo federal extingue o BNH e tudo volta à estaca zero. O único dado concreto era o de que a Caixa Econômica Federal assumiria as pendências do BNH.

No início de 1987, a AMANH retoma as manifestações para a reconstrução das casas do Dúplex. Em 29 de janeiro, a associação realiza uma assembléia onde são encaminhadas algumas definições. De acordo com o jornal comunitário "AMANH", de março de 1987, as decisões tomadas foram as seguintes:

"No dia 29/01/87, a AMANH convocou uma assembléia de moradores que deliberou a formação de uma comissão composta pelos moradores do Dúplex e pela diretoria. Essa comissão tem como objetivo principal divulgar para a imprensa a luta pela reconstrução dos barracos. Além dessa comissão, a assembléia decidiu:

- a) Enviar um telex dirigido às seguintes autoridades: presidente José Sarney, Deni Shwartz (Ministro do Desenvolvimento Urbano), Marcos Freire (Presidente da Caixa Econômica Federal), Theobaldo Machado (Diretor Regional da Caixa*

Econômica Federal, responsável pelas questões do extinto BNH).

Obs. Esse telex já foi enviado

- b) Publicar esse panfleto para ser distribuído dentro e fora de Nova Holanda;*
- c) Organizar uma manifestação em frente a Caixa Econômica*
- d) E, como último recurso, recorrer ao bloqueamento da Avenida Brasil”.⁸⁴*

A grande mídia também registrou essas reivindicações, como podemos ver no Jornal do Brasil de 30/01/1987 com a seguinte manchete: “*Maré: mais de 200 mil pessoas pedem socorro*”.

“Mais de 1.500 pessoas estão correndo perigo de vida nos Dúplex da favela nova Holanda, galpões de madeira corrida com dependência em cima e em baixo, ante a indefinição do Banco Nacional da Habitação, desde o ano de 1984, quando aquelas habitações já ameaçavam desabar”.

Após um período de intensas negociações e protestos, as obras foram iniciadas em 15 de outubro de 1987 e 11 blocos foram construídos e entregues entre o setembro de 1988 e agosto de 1989 beneficiando um total de 253 famílias.

⁸⁴ AMANH – Associação dos Moradores e Amigos de Nova Holanda. *Dúplex, o que fazer?* Março, 1987.



Foto 9: Homens trabalhando na reforma do Dúplex. Arquivo Imagens da Terra.



Foto 10: Visão panorâmica da obra de reforma do Dúplex. Arquivo Imagens da Terra.

A discussão referente à habitação era uma das bandeiras levantadas pela Chapa Rosa. Então, mesmo com todos os problemas enfrentados ao longo da reforma das casas do Dúplex, eles conseguiram implementar aquele projeto. E o desdobramento dessa luta foi a formação da Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda (COOPMANH).

Ao mesmo tempo em que se realizava na AMANH as discussões para formar a cooperativa, o governo federal implementou um programa chamado “Fala Favela”, que tinha como proposta financiar obras nas comunidades a partir das demandas dos moradores, como nos conta uma das diretoras da segunda gestão:

*“Houve um projeto “Fala Favela”, aí houve assim tipo uma votação pra o que as pessoas precisavam. Se eu não me engano acho que eram 200 famílias, cada uma ia ter uma verba de R\$ 2000,00 pra utilizar. E como nós já vínhamos nesse processo de organização, a gente fez assembléia, e nessa assembléia, a gente colocou que a gente teria que se utilizar disso e uma das coisas era reforma da sua casa. Mas com R\$ 2000,00 você não faz uma reforma de casa, no máximo você compra o quê? Portas e janelas ou você pinta, alguma coisa assim”.*⁸⁵

Como o valor destinado daria para reformar apenas alguns barracos, a solução encontrada foi a construção de um banco de materiais de construção que pudesse atender a mais famílias. Assim, esse financiamento foi o pontapé inicial para as atividades da COOPMANH, que depois conseguiu outros financiamentos.

⁸⁵ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

E prosseguindo, a diretora conclui:

“Sendo essa a proposta vencedora quase por unanimidade, esse dinheiro viria pra associação pra que as pessoas que fossem sorteadas ou selecionadas, recebessem um cheque. Só que as pessoas abriram mão desse cheque e foi fundada a cooperativa de material de construção. A partir daí, a gente fundou uma fábrica de construção de lajes pré-moldadas e lajotas que saiu em um custo bem mais barato, e as casas foram construídas. Os primeiros que abriram mão dessa verba eram os sócios fundadores e as outras pessoas que se associavam pagavam seu material em uma mensalidade a perder de vista”.⁸⁶

Assim, destacamos as principais ações da Chapa Rosa, apontadas pelos entrevistados, que são constituintes da memória coletiva da comunidade, na medida em que representam um marco na história da favela no que tange a associação de moradores.

Essa atuação foi tão marcante que outras gerações de presidentes a tomam como referência, como nos revela o atual presidente da associação de moradores:

“Eu não posso me comparar ao tempo da Chapa Rosa, que foi uma administração, vamos dizer, quase que perfeita, né? Não sei se posso chamar de perfeita por que eu não tava (risos), mas pelo que eu ouvi falar foi quase perfeita a administração da Eliana. As pessoas sentem saudades,

⁸⁶ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

*principalmente os idosos, do tempo que a Associação tinha microfone, chamava fulano de tal comparecer a Associação de Moradores. Na verdade, eu me sinto com uma responsabilidade grande”.*⁸⁷

⁸⁷ Atual presidente da Associação de Moradores de Nova Holanda em entrevista concedida a autora em janeiro de 2005.

Capítulo 5:

O fim da Chapa Rosa e as marcas na memória

Esse capítulo é referente ao processo que desencadeou o fim da Chapa Rosa à frente da associação de moradores de Nova Holanda e conseqüentemente à desarticulação dos seus membros. O objetivo é, para além de analisar o processo que proporcionou o término da Chapa, destacar as memórias e os silêncios construídos pelos moradores em relação à época em que ela esteve na direção da AMANH. Não podemos deixar de mencionar que foi por conta dessa articulação para formar a Chapa, resultante de um processo anterior de mobilização, que mudanças estruturais ocorreram naquele espaço.

Outrossim, tem como objetivo elencar e analisar os fatores que contribuíram para o fim da Chapa Rosa, verificando as conseqüências dessa desarticulação para os atores envolvidos e para o movimento associativo como um todo. Nesse sentido, apontamos como fundamental entender a memória que se construiu em relação a esse momento de crise, que verificamos através dos silêncios e ressentimentos presentes nas falas dos entrevistados.

5. 1. A crise da Chapa Rosa

Quando durante as entrevistas se perguntava a respeito da associação de moradores de Nova Holanda, percebi um mesmo tom e uma mesma felicidade nas falas dos atores envolvidos que se cristalizava em duas palavras: Chapa Rosa. Era uma ligação direta entre a associação de moradores e a Chapa Rosa, como já vimos ao longo da dissertação. Inclusive nas falas das pessoas que, na época, eram de oposição à Chapa, nota-se um sentimento de felicidade por terem feito parte de um movimento que provocou inúmeras mudanças no espaço de Nova Holanda.

Mas, quando questionava a respeito do fim da Chapa e dos motivos que levaram a essa desarticulação, não encontrava respostas. Muitos apontaram que era uma tendência dos movimentos sociais e que quando terminaram as reivindicações para as questões mais imediatas e visíveis, seria natural o fim da Chapa. Contudo, a associação de moradores não acabou, porém notamos, a partir das entrevistas, que ela não representa mais os interesses dos moradores, devido a outros problemas que mereciam uma atenção especial, mas que não cabe na discussão realizada aqui.

Chegando ao final da primeira gestão e com tantas obras acontecendo em Nova Holanda, a Chapa Rosa ganhou novamente a eleição. A Fundação Leão XIII ainda apoiou o candidato à oposição, mas a vitória oficializou a Chapa como a legítima representante dos moradores de Nova Holanda, como ressalta a maioria dos entrevistados. Assim, a terceira eleição foi realizada em chapa única, não havendo nenhum grupo de oposição.

Entretanto, durante todo o tempo em que a Chapa Rosa esteve na direção da AMANH, muitas divergências ocorreram entre os membros da diretoria. Esses conflitos aconteciam desde a primeira gestão, que é lembrada como um período no qual os

moradores estavam muito envolvidos na luta, mas que também muitos diretores desistiram da associação por não conseguirem os benefícios pretendidos. Como revela a presidente na segunda gestão:

*“E aí teve vários problemas ao longo das chapas. Alguns diretores não conseguiam entender o objetivo do nosso trabalho e queriam ter benefícios próprios. Vinha um programa do governo que tinha que dar alimentação, bolsa alimentação para as famílias mais pobres. O que a gente fazia? Cadastro das famílias e beneficiava aquelas que realmente precisavam. Tinha diretores que queriam tirar pra si. Tinha esse tipo de coisa que era difícil você tá lidando”.*⁸⁸

Concluindo, assinala que:

*“Esse tipo de pessoa, assim como essa que eu te falei, esse exemplo, terminava por sair da associação porque quando ele não conseguia tirar alguma coisa pra ele, acabava saindo. Tava sempre almejando tirar um benefício pra ele e não vendo a comunidade como um todo. Então esse tipo de coisa ia atrapalhando o trabalho o tempo todo”.*⁸⁹

Da mesma forma, acrescenta um dos agentes comunitários:

“No primeiro tinha a euforia, era primeira, foi uma eleição fantástica, com todo mundo participando, era o primeiro movimento de participação. Assim as pessoas têm uma

⁸⁸ Presidente na 2ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

⁸⁹ Presidente na 2ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

*esperança de que as coisas se resolvam de um dia para o outro. Então, na medida em que esse processo também é longo e na medida em que algumas vitórias elas também trazem conseqüências de responsabilidades, isso também pode ter sido motivos de afastamento das pessoas”.*⁹⁰

Ainda de acordo com a presidente na segunda gestão, essas tensões ocorriam porque a associação tentava estabelecer uma relação com o poder público, que se diferenciava dos esquemas políticos tradicionais, e muitos diretores não entendiam essa postura. Segundo seus argumentos:

*“A gente tinha o maior cuidado em não ter nenhum vínculo, nem partidário, nem religioso, nem com os bandidos da comunidade. Tinha uma relação boa com todo mundo sem ter nenhum tipo de dependência ou vinculação a essas pessoas porque a gente achava que isso ia, de alguma maneira também, atrapalhar o nosso trabalho”.*⁹¹

Por conta dessa postura, o vice-presidente na terceira gestão revela que durante a primeira, o processo era realmente democrático:

“O da Eliana foi o processo inaugural, foi muito importante. Quando você falava Chapa Rosa, pressupunha uma ideologia. Qual era a ideologia? Uma democracia construída pela base. Então a associação de moradores tinha esse diferencial, era uma construção, uma gestão coletiva e tinha

⁹⁰ Agente comunitário, membro da comissão eleitoral em 1984, em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

⁹¹ Presidente na 2ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em novembro de 2004.

*representantes de rua e tinha um diálogo permanente entre a direção e a base. Então a democracia funcionava. Nova Holanda foi pioneira dentro da Maré e acho que nos movimentos sociais no Rio de Janeiro com essa característica. Foi um processo de democratização e construção coletiva mesmo”.*⁹²

Percebemos também que outros quadros foram formados durante a primeira gestão. Pessoas que participavam como representantes de ruas, agentes de saúde ou membros de comissões acabaram se tornando diretores nas outras duas gestões.

Nesse sentido, a segunda gestão se caracteriza não só pela continuação do trabalho iniciado em 1984, mas pela entrada de novos atores que assumem a direção da AMANH. Como resume Luna (1992):

“Durante as duas primeiras gestões houve um avanço considerável na melhoria das condições de vida na comunidade. Nova Holanda não dispunha da infra-estrutura básica até 1984 e a partir de então consegue que o poder público atenda as reivindicações. Este processo de conquista é lento, cheio de idas e vindas, mas que via de regra pende a favor da comunidade. Vemos, em alguns momentos, refluxos de maior ou menor escala no movimento em Nova Holanda – o que é plenamente compreensível pelas características do movimento popular” (LUNA, 1992: 146).

⁹² Vice-presidente na 3ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em setembro de 2005.

Quando as grandes lutas são vencidas e as conquistas concretizadas, há um refluxo na participação dos moradores, que já se percebe na segunda gestão, como aponta o vice-presidente da terceira gestão:

*“Na gestão da Ana esse processo já estava bastante desenhado e depois começa o declínio, o desgaste de nove anos de gestão. Na gestão da Ana essa horizontalidade ela foi sendo diluída, não porque a Ana não fosse democrática, alguma coisa assim ou que não houvesse interesse da gestão, mas aí também pelas pessoas, ritmo de vida, trabalho, uma série de coisas”.*⁹³

E acrescenta que:

*“Então “n” fatores contribuíram para o esvaziamento desse trabalho. Nosso engajamento tinha uma discussão ideológica junto com os moradores e uma idéia de que era possível através da transformação dessa experiência localizada, você construir uma consciência de classe e contribuir para transformar a sociedade. A gente acreditava nisso no início e isso foi se perdendo com o tempo”.*⁹⁴

Além das questões conjunturais que contribuíram para o esvaziamento da participação dos moradores, podemos considerar ainda, como um outro fator que

⁹³ Vice-presidente na 3ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em setembro de 2005.

⁹⁴ Vice-presidente na 3ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em setembro de 2005.

contribuiu para aumentar essa crise, a relação estabelecida com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) na gestão da Escola/Creche Comunitária⁹⁵.

Em um primeiro momento, o objetivo da Escola Comunitária era implementar alternativas locais de educação infantil, autogeridas, que não fossem vinculadas a nenhum órgão do Estado. Quando, após a eleição, se busca o apoio da SMDS para Escola e para construção da Creche, houve um questionamento em relação ao trabalho e as contradições começaram a se ampliar entre os membros da diretoria da AMANH e os técnicos que trabalhavam nessas instituições e que não moravam em Nova Holanda, mas que contribuíram para realização de todo esse trabalho.

De acordo com Silva (1995: 112), a diretoria da AMANH busca o apoio da SMDS com cautela, *“reconhecendo que o clientelismo, o partidarismo e a falta de critérios para os atendimentos das solicitações impedem a constituição de uma relação transparente e honesta, na qual o governo cumprisse seu dever”*.

Por outro lado, a secretaria também tinha muito interesse nessa relação, como analisa um agente comunitário:

“É claro que tinha diversos interesses. Naquele momento era um governo populista, e eu digo isso sem nenhum preconceito ou análise do fato de ser um governo populista, mas era um governo que tinha essa marca, que entendia que a força dele podia ser através das associações de moradores, através do movimento popular. Então, tinha uma relação também muito perversa. Eu tô aqui porque eu quero ficar no poder, acho que o poder são vocês, então a gente

⁹⁵ Sobre a Escola Comunitária ver capítulo 4.

*entra nesse jogo, mas era também um governo que permitia fazer coisas, que permitia o conflito e isso era interessante”.*⁹⁶

Em um primeiro momento, a relação se deu como uma via de mão dupla, havia interesse tanto por parte da secretaria quanto da associação, mas ao longo do processo, as inúmeras ações realizadas pela SMDS favoreceram a crise entre os diretores da AMANH.

Uma delas foi a contratação dos agentes comunitários, que antes trabalhavam voluntariamente e que passaram a ser funcionários da prefeitura. Ou seja, de militantes os agentes passaram a funcionários públicos. Essa transição foi bastante complexa, pois quem deveria indicar as pessoas que trabalhariam como agentes comunitários seria a associação de moradores. Um grupo de diretores queria as vagas ou para si mesmo ou para algum familiar e o outro grupo achava que deveria estabelecer critérios para o preenchimento das vagas ou mesmo realizar sorteios a partir de inscrições dos interessados.

De acordo com o agente comunitário, a secretaria acirrava as divergências através dessas ações:

“Tinha que ter muito cuidado porque nada era de graça, nada era pelo grande movimento social que a gente tinha lá. Quer dizer, tinha aí um jogo de perde e ganha que também investia nas divergências internas que a associação tinha. Porque também não era tudo um “mar de rosas”, tinha um “pega pra capá”. Dentro da própria diretoria tinham

⁹⁶ Agente comunitário, membro da comissão eleitoral em 1984, em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

*divergências porque as pessoas tinham partidos políticos diferentes, inserção no movimento social de forma diferente, formação acadêmica diferente, tinha divergências na forma de lidar com o governo. E o governo não tinha nenhum problema de entrar nessa divisão pra tirar proveito”.*⁹⁷

Da mesma forma, assinala o vice-presidente na terceira gestão:

*“A secretaria de desenvolvimento social deu vários empregos para o pessoal daqui. Então, muitos que faziam parte da nossa luta também se agregaram nesse processo porque queriam arrumar um emprego. O que é compreensível, mas isso também contribuiu para promover um certo esvaziamento. A SMDS promoveu um trem da alegria com as creches comunitárias”.*⁹⁸

Outro problema gerado com a entrada da SMDS foi a forma como ela se apropriou da Escola Comunitária, pois ao realizar a reforma do prédio em que funcionava a Escola e ao pagar os funcionários que trabalhavam nela, a secretaria considerava a mesma como mais um patrimônio do município. Assim, aos poucos ela se desvinculou da associação de moradores e passou a ser gerida pela própria prefeitura, que não tinha as mesmas preocupações pedagógicas que motivaram a construção da Escola.

⁹⁷ Agente comunitário, membro da comissão eleitoral em 1984, em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

⁹⁸ Vice-presidente na 3ª gestão da chapa rosa em entrevista concedida a autora em setembro de 2005.

Além da relação estabelecida com a SMDS, outros aspectos apontados pelos entrevistados, que contribuíram para ampliar os problemas da Chapa Rosa, foram os acontecimentos da última gestão, escolhida em pleito único, sem oposição.

De acordo com algumas entrevistas, o presidente da terceira gestão não correspondeu às expectativas dos moradores e não deu continuidade ao processo que até então conduzia e caracterizava a gestão da Chapa Rosa. Ou seja, ele personificou e endureceu a estrutura da Associação, utilizando a mesma para fins eleitoreiros.

*“E a Chapa Rosa ficou três gestões, a segunda gestão foi uma continuidade do trabalho, agora já a terceira gestão, aí ele já começou a ter aspirações políticas-partidárias, aí já começou assim a ser cooptado, aí já perdeu a característica tradicional da Chapa Rosa e aí foi quando ele perdeu pra ... e veio um novo grupo. Porque? Desde o momento em que você começa a administrar projetos, que você começa a ver dinheiro, começa a rolar uma cobiça, né?”.*⁹⁹

Segundo os depoimentos colhidos, o ponto crucial para o descrédito dos moradores em relação a Chapa Rosa foi a forma como a COOPMANH¹⁰⁰ foi gerenciada. Como revela uma das diretoras na segunda gestão:

“Tinha uma taxa que as pessoas pagavam. Aí o dinheiro tinha que ser revertido em prol da construção para comprar mais material para poder dar segmento. Conforme estava sendo mal administrado, não foi empregado para comprar

⁹⁹ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

¹⁰⁰ Sobre a COOPMANH ver capítulo 4.

*material. Aí começou a faltar e as pessoas paravam a obra. As pessoas também foram desanimando para pagar. Como não entrava mais dinheiro, não tinha como continuar... Se não estava entrando mais dinheiro, a cooperativa não tinha como prosseguir”.*¹⁰¹

E acrescenta que:

*“Na época o presidente era da cooperativa e da associação. Ele foi o último da Chapa Rosa. Não fez um bom trabalho também na Associação que já não respondia mais as coisas, aos desejos dos moradores”.*¹⁰²

Mesmo sendo duas instituições distintas, os membros que compunham as diretorias acabaram sendo os mesmos. Isso provocou muita polêmica entre os diretores e resultou na saída de Eliana, uma das primeiras lideranças de Nova Holanda, da diretoria da AMANH, juntamente com outros diretores que eram mais próximos a ela.

Com a saída desse grupo da Chapa, ela perdeu ainda mais sua credibilidade junto aos moradores, como menciona uma agente comunitária:

“Na época da Ana e da Eliana, o pessoal era muito fiel com as contribuições mensais, o dinheiro que entrava dava para fazer as coisas, os projetos. Aí foi passando, né? O pessoal foi desistindo, desistindo, aí deu no que deu. Quando a gente foi tentar reerguer, na época em que ele saiu, a gente foi

¹⁰¹ Diretora na 2ª gestão, última indicada pela Chapa Rosa para concorrer à eleição em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

¹⁰² Diretora na 2ª gestão, última indicada pela Chapa Rosa para concorrer à eleição em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

tentar lutar, mas a chapa já estava queimada, a chapa estava queimadona".¹⁰³

Alguns entrevistados apontam ainda problemas como fraude e corrupção por parte da Associação:

"Só que chegou uma época que começou haver assim uns desvios de dinheiro e não sei o quê. E do lugar onde você tira e não põe acaba, não é? E a associação de moradores também já não estava tão combativa, buscando tanto as melhorias pra cá e aí ela perdeu a eleição".¹⁰⁴

Ainda teve uma última tentativa de ganhar a eleição, mas a Chapa Rosa não conseguiu se eleger.

"Ninguém mais acreditava porque não se fazia nada que era pedido. Muita gente tinha acreditado na cooperativa que tinha outro projeto, de reciclagem de lixo, mas que também estava parado. E foi assim. Tudo que havia começado na comunidade, na gestão dele foi parando. Então, não tinha como as pessoas acreditarem que a gente ia ressuscitar. Aí foi quando a gente perdeu de vez e aí ganhou a Chapa Branca".¹⁰⁵

Na eleição que daria à Chapa Rosa o seu quarto mandato na AMANH, ela é derrotada pela Chapa Branca. Nesse momento, as pessoas que constituíam o grupo

¹⁰³ Agente comunitária e colaboradora na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

¹⁰⁴ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

¹⁰⁵ Diretora na 2ª gestão, última indicada pela Chapa Rosa para concorrer à eleição em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

hegemônico já não estavam mais tão à frente no processo. Contudo, só foi possível perceber essas nuances nas entrelinhas das entrevistas, pois esse é um período que os moradores não gostam de mencionar.

De acordo com o candidato que concorreu pela Chapa Branca, ele foi convidado pelo grupo que montou a chapa de oposição porque a Associação de Moradores precisava renovar os seus quadros e, sobretudo, implementar melhorias na comunidade, pois na visão do grupo Nova Holanda ainda precisava de muitas reformas.

“Olha, eu nunca fui presidente de associação, não sei como funciona isso, mas eu sou morador, quero ver o benefício da comunidade, não importa, eu quero ver o bem da comunidade. Aí se candidatamos, formamos uma chapa branca que foi uma disputa na época. A chapa rosa ela já vinha já com me parece 12 anos ou 8 anos alguma coisa assim, mais de 12 anos no poder e agente ganhou, 1000 e poucos votos de diferença”.¹⁰⁶

Revela ainda que havia inúmeros problemas administrativos quando ele assumiu a AMANH, relacionados à questão da reciclagem de lixo que teve início na Cooperativa.

“Eu tive uma dificuldade muito grande, mais muito grande mesmo. Primeira dificuldade que eu tive, era um processo de reciclagem de lixo que deram início na época da Chapa Rosa e estava parado por questão de verbas. Parece que veio

¹⁰⁶ Presidente da Associação pela chapa branca em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

uma verba, gastaram, não prestaram conta desta verba conforme deveria presta conta, tá entendendo?”¹⁰⁷

A creche que funcionava na Nova Holanda também foi apontada por ele como um problema que precisava ser solucionado.

“Outra dificuldade era a questão da creche. Para a creche participar da LBA, ela teria que ter um documento e este documento essa associação não tinha. Eu queria saber como que aquilo funcionava, porque eles não tinham este documento, e só funcionava com este documento. Tomei conhecimento que ali havia alguma coisa que eles fazia, sei lá o quê, resolvia e botava ela pra funcionar. Só que quando entrei, este esquema acabou. Então eu tive que buscar pelos meios legais. Fiquei um ano e seis meses lutando, indo pra Brasília e tal, mas conseguimos esse documento e aí consegui matricular de fato e de direito a creche na LBA”¹⁰⁸

E uma outra dificuldade apontada era a questão do Posto de Saúde, que segundo ele, não funcionava há muito tempo.

“Existiu um posto de saúde, que era materno-infantil, mas, na verdade, como se diz na gíria, um elefante branco. Ali era um depósito de material. E eu entrei com o compromisso de botar este posto de saúde pra funcionar, inclusive muitos diziam pra mim, pessoas que eram da Chapa Rosa: - a gente

¹⁰⁷ Presidente da Associação pela chapa branca em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

¹⁰⁸ Presidente da Associação pela chapa branca em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

*não conseguiu botar, eu quero ver você botar. Mas eu consegui, em nome de Jesus, consegui botar este posto de saúde pra funcionar, tanto é que o posto de saúde da Nova Holanda foi o primeiro posto simplificado dentro de comunidade de área de baixa renda pra funcionar e eu fui o primeiro gestor desse posto, graças a Deus”.*¹⁰⁹

Contudo, poucas são as falas que revelam claramente esses problemas da associação. De uma forma geral, as pessoas tendem a um sentimento saudoso em relação à época de grandes conquistas e revelam que a AMANH foi a responsável pela organização do espaço não só na Nova Holanda, como nas outras áreas que abrangem o complexo de favelas da Maré. Segundo depoimento de uma das diretoras na segunda gestão:

*“As pessoas que tinham um pouquinho de visão e de clareza das coisas, tinha a consciência que a Chapa Rosa realmente tinha uma proposta de mudança. A associação de moradores de Nova Holanda foi uma precursora de tudo que se construiu aqui. Eu acho que ainda falta muito, mas tudo que se construiu aqui, até a melhoria das outras associações, foi obra da Chapa Rosa”.*¹¹⁰

Também analisa que:

“Uma coisa que também foi importante é que o nível de formação das pessoas que estavam a frente da associação

¹⁰⁹ Presidente da Associação pela chapa branca em entrevista concedida a autora em outubro de 2005.

¹¹⁰ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

*de moradores de Nova Holanda era um nível universitário. Tinha uma clareza melhor do que nas outras que isso não acontecia e que os presidentes eram os pelegos do governo. Todos os movimentos organizados dentro da comunidade reconheciam a Chapa Rosa como o poder transformador, então era uma relação super legal”.*¹¹¹

Nesse sentido, notamos como foi importante para as pessoas esse momento e como marcou na memória coletiva da comunidade esse período. Tomando como referência o momento atual, os entrevistados falam com muitas saudades do período áureo da associação de moradores.

*“E aí é aquele negócio, nunca mais a gente vai ter uma associação com a participação efetiva dos moradores porque ninguém quer ter um embate com esse tipo de situação, não é? Porque antes a Nova Holanda formulava o que a comunidade queria, quais as políticas pra aqui. Não só pra Nova Holanda como pra toda área da Maré. Hoje não existe mais essa formulação, é o que eles querem dar e pronto”.*¹¹²

Percebemos também esse saudosismo em diversas outras falas:

“Acho que deveria continuar sempre essa coisa da formulação das políticas pra comunidade tendo participação efetiva da associação de moradores e essa associação de moradores com representatividade. Não adianta ter uma

¹¹¹ Diretora na 2ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

¹¹² Agente comunitária e diretora na 3ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

*associação que não traduza a vontade da comunidade. Nunca mais se ouviu falar, aliás, desde a época da última (silêncio), é da última gestão da Chapa Rosa, não teve mais assembléia, não teve mais a participação do povo em nada”.*¹¹³

*“Porque o que a gente tinha? Tinha a associação. A associação falava por nós e hoje o povo não tem voz. Ele vai aonde? Recorrer a quem? Por exemplo: se a gente quiser uma linha de ônibus, se vai aonde? Na Associação de Moradores? Vai resolver? Então, é por aí”.*¹¹⁴

“Para mim foi muito importante porque fez crescer o espírito de luta, de participar, de poder estar ajudando o próximo. Sozinho você não consegue e já com a Chapa Rosa, não. O mínimo que eu fiz, aparece até hoje, senão você não estaria aqui. Eu não passei despercebida. Não é que eu queira aparecer, mas é que você vê o reconhecimento daquele pouco que você fez. Eu fui uma diretora qualquer que eu nem lembro de quê. Eu acho que Diretora de Divulgação.

¹¹³ Vice-presidente na 1ª gestão da Chapa Rosa em entrevista concedida a autora em outubro de 2004.

¹¹⁴ Diretora na 2ª gestão, última indicada pela Chapa Rosa para concorrer à eleição em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

*Mas você vê que ficou alguma coisa, eu aprendi alguma coisa”.*¹¹⁵

Finalmente, destacamos a importância desse momento não apenas para o espaço físico da favela como para os próprios moradores que participaram desse período.

É fundamental para a memória coletiva das favelas do Rio de Janeiro, de uma forma ampla, que em geral são representadas a partir de uma visão negativa, que essas ações sejam pontuadas e lembradas para destacar a atuação dos moradores como sujeitos de sua própria história.

¹¹⁵ Diretora na 2ª gestão, última indicada pela Chapa Rosa para concorrer à eleição em entrevista concedida a autora em fevereiro de 2005.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho, procuramos analisar como se constituiu o movimento associativo na favela Nova Holanda, a partir das lembranças dos moradores que o vivenciaram durante a década de 1980 e início da década de 1990, período que se destacou a Chapa Rosa, resultado de um trabalho de mobilização popular que ocorria nessa favela desde o final da década de 1970.

Buscamos revelar então, como esses atores realizaram a construção da memória coletiva, principalmente no que se refere à associação de moradores e às conquistas da Chapa Rosa enquanto esteve à frente dessa instituição. Nesse sentido, apresentamos as lutas e os conflitos que marcaram aquele período e que foram determinantes na constituição do espaço físico e da identidade coletiva de Nova Holanda.

Destacamos ainda como o processo de rememorar é seletivo quando nos deparamos com as lembranças dos moradores que estavam a frente do movimento, na gestão da Chapa Rosa e daqueles que eram oposição à Chapa. Outro elemento importante que observamos em relação à memória é a forma como ela é apropriada e como muitas vezes as lembranças se revelam e se dão em temporalidades e espaços que confundem e se entrelaçam.

Percebemos também, como esse grupo de moradores, integrantes do movimento que fortaleceu a AMANH, personificou todo esse processo na figura da primeira presidente e que toda a memória relacionada a esse período se remete a Chapa Rosa e a Eliana.

Desse modo, identificamos como se deu o surgimento das favelas como um problema urbano e as principais políticas públicas implementadas nas favelas do Rio de Janeiro ao longo do século XX, verificamos ainda, o processo de construção e

consolidação da Nova Holanda. A etnografia do espaço revelando a chegada dos moradores à favela demonstra como as intervenções realizadas pelo poder público foram tão violentas e deixaram marcas nas memórias de cada um deles, mas também contribuíram para mobilização das pessoas.

Assim, apresentamos as inúmeras formas de organização popular que existiram nas favelas do Rio de Janeiro, em especial, na Nova Holanda e, a partir das falas dos entrevistados, percebemos como o início da mobilização e a participação das primeiras mulheres, na luta pela água, foram determinantes no movimento que se seguiu para a formação da Chapa Rosa e a conquista da associação de moradores.

A conquista da AMANH pela Chapa e sua atuação ao longo de três mandatos consecutivos foi o ponto principal da pesquisa. Percebemos, a partir desses elementos, como a identidade desse grupo de moradores está relacionada a esse período e como a memória pode ser o elemento aglutinador dessa identidade, pois é através dela que os moradores mais jovens tomam conhecimento dessas histórias de lutas e conquistas.

Concluindo, apontamos também os problemas e decepções que ocorreram, especialmente, no último mandato. Podemos avaliar como há um jogo de forças que se revelam na forma como se constrói a história da associação de moradores. Percebemos através das falas um silêncio em relação aos problemas e um grande destaque para as ações que qualificaram o grupo. Notamos ainda que os moradores glorificam um passado e demonstram um saudosismo em relação a ele. De acordo com as falas, muito se conquistou e muito lutou, mas hoje, nada disso existe mais.

Finalmente, mais do que elencar os fatos que ocorreram nesse movimento, o trabalho aqui realizado visou destacar as experiências vividas em termos de lutas e conquistas de moradores de favelas do Rio de Janeiro que, em geral, são vistos como

potenciais criminosos e seus espaços de moradias como espaços privilegiados de ausência de equipamentos urbanos básicos. Vimos, a partir da memória coletiva de Nova Holanda, como os moradores de favelas construíram seus espaços e consolidaram suas identidades. Assim, esperamos ter contribuído para que as versões desses atores dos acontecimentos vividos passe a ter reconhecimento e legitimidade que há muito lhes eram devidos.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar Editores, 1987.

_____. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, 1994.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANJOS, Rosangela F. dos. *Posto de Saúde Comunitária de Nova Holanda: reflexões sobre a prática*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, Ed. dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de favela*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARVALHO, Monique Batista. *Questão Habitacional e Controle Social: a experiência dos Parques Proletários e a ideologia "higienista-civilizatória" do Estado Novo*. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

CEASM. Observatório Social da Maré. *Instituições do bairro Maré: dados gerais*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2004.

_____. *Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional e representação: da árvore ao rizoma. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes e BARROS, José Flávio Pessoa de (orgs.). *Memória, representações e relações interculturais na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ, NUSEG: UERJ, INTERCON, 1998.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Paz e Terra, 1982.

DRSKA, Maria Angélica Marcondes. *Mudança espacial, memória e identidade: histórias de vida de migrantes moradores de um conjunto habitacional no Complexo da Maré - RJ*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 10ª ed, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

JACQUES, Paola Berenstein. Cartografias da Maré. In: VARELLA, Drauzio *et alli*. *Maré vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

LEEDS, Antony e LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LUNA, Marlucio. *Projeto Registro da História da COOPMANH: contribuição aos programas de habitação popular*. Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda, Rio de Janeiro, 1992.

MACHADO DA SILVA, L. A; FIGUEIREDO, Ademir. *Urbanização X Remoção: uma polarização recente*. V Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, 1981.

MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do “problema favela”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MEIHY, J. C. S. Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Isis Volpi de. “*Quem sabe faz a hora ...*”: *a gestão popular na produção da habitação*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, 1993.

PANDOLFI, Dulce e GRYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução – sentido*. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (caderno do CENPHA, 5), 1969.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, n.º 10, RJ, CPDOC, 1992.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: GIL, Fernando. *Sistemática*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. (Enciclopédia Einaudi, v. 42)

ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. Memória, cidade e cidadania. In: GONDAR, Jô e THIESEN, Icléia (orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro : Editora 7 Letras, 2000.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Eliana Sousa. *O movimento comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o político e o pedagógico*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1995.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. Movimentos Sociais Urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, out./dez., 1989.

SOUZA, Rogério Ferreira de. *Tecendo o passado: memórias da favela. Morro dos Macacos – Zona Norte do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2004.

SOUZA E SILVA, Jaílson de. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. *Território, territórios*. PPGeo-UFF. Niteroi, EDUFF, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998*.

VALLA, Victor Vicent. *Educação e favela; políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado e MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003.

VAZ, Lilian Fessler. *História dos bairros da Maré. Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro, SR5, UFRJ, 1994.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 1, 1996, pp.163 a 182.

WEHLING, A. e WEHLING, M. J. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. In: WEHLING, A. *et.al. Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de favela*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Anexos

Anexo 1:

Roteiro de Entrevista

1º eixo: Vida pessoal

- Nome, idade, profissão;
- Freqüentou a escola?
- É casado (a)? Tem filhos? Quantos?
- Como foi a sua infância?

2º eixo: Chegada em Nova Holanda

- Há quanto tempo mora em Nova Holanda?
- Como você chegou em Nova Holanda?
- O que você sentiu?
- Como era Nova Holanda naquela época?

3º eixo: A entrada no movimento associativo

- Porque surgiu essa mobilização na Nova Holanda?
- Como você entrou para esse movimento?
- Você participava das reuniões no Posto de Saúde Comunitária? E como eram essas reuniões?
- Você participou da formação da Chapa Rosa?
- Como foi a sua atuação na Associação de Moradores?
- Como foi a atuação da Associação de Moradores?
- Como foi a campanha eleitoral?
- O que a Chapa Rosa fez de concreto em Nova Holanda?

- Quais foram as principais realizações da Chapa?
- Como você analisa a formação da Cooperativa de Material? E a reforma do Dúplex?
- Como era a relação da Associação com o poder público?
- Porque depois de 9 anos a frente da Associação a Chapa Rosa perdeu?
- Quais os motivos que propiciaram o fim da Chapa Rosa?
- Porque você saiu?

4º eixo: O presente

- O que você faz hoje?
- Você ainda participa de alguma forma da Associação?
- Você participa de algum movimento na Nova Holanda?
- Como você vê Nova Holanda hoje?
- O que representa para você a atuação da Chapa Rosa à frente da Associação?

Anexo 2:

Letras de sambas escritos por Maria Amélia Belfort

14 de setembro de 1980

Lutando contra o asar
Unidos sempre a cantar
Seremos organizar
O 1º encontro de Saúde popular

Foi tímido - foi temido
Mostremos a muita gente
Que não somos formados de bandidos

Bis

Sem confusão... sem confusão
Sem furos na mão, sem furos na mão
Originais... Os direitos do povo.

Samba resposta ao 1º encontro
popular pela saúde

Jovens

I
Sem estrutura social
etc... e coisa e tal
Favela --- humilde Barracão

Os cidadãos nos declara { leis
Vergonha da Nação

II
Trabalhamos, consumimos
benzina nos sentimos
(compensação),
Brincamos carnaval

Acham muito natural
Nós chamam de povão { leis
Nós pisam como grama
no chão --- Favela

1º samba
Samba feito para o 1º encontro
popular pela saúde

Anexo 3:

Modelo de Atestado de Residência Emitido pela Fundação Leão XIII



SECRETARIA ESTADUAL DE PROMOÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO LEÃO XIII
DIRETORIA DE PROMOÇÃO SOCIAL R. METROPOLITANA
COORDENADORIA RJ-1
ADMINISTRAÇÃO CHP- 3
NOVA HOLANDA - RJ

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

DECLARO PARA FINS DE PROVA RESIDENCIAL,
QUE O (A) SR. (A) _____,
_____,
RESIDE EM NOVA HOLANDA, SITO NA RUA _____,
Nº _____, HÁ MAIS DE _____ ANOS .

OUTROSSIM INFORMO, QUE O CENTRO DE HABIT
TAÇÃO PROVISÓRIO DE NOVA HOLANDA, É DE PROPRIEDADE
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E TEM A FUNDAÇÃO LEÃO
XIII A RESPONSABILIDADE EM ADMINISTRÁ-LO, NOS TER-
MOS DO DECRETO "E" Nº 2.711 ART. 6º DE 28.02.69.

RIO DE JANEIRO, ____/____/____

Administração CHP-3 - Galpão nº7

OBS: Segundo o (a) requerente a declaração tem co-
mo objetivo fazer prova junto _____

Anexo 4:

Material da Campanha de 1984 utilizado pela Chapa

Rosa

ATENÇÃO

ELEIÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA HOLANDA
CONHEÇA CHAPA 2 ROSA

MEMBROS DA DIRETORIA:

PRESIDENTE: ELIANA SOUZA SILVA - RUA PRINCIPAL, 54
VICE-PRESIDENTE: NICE MAMEDE TARDIM - RUA PRINCIPAL 65
1º SECRETÁRIO: JOSAFÁ DA SILVA - RUA 3, 64
2º SECRETÁRIO: MANOELINA DA GLORIA MEDINA - RUA 3, 16
1º TESOUREIRO: ANTONIO GILBERTO DE SOUZA (GIL) - RUA PRINCIPAL, 58
2º TESOUREIRO: CARLOS HAROLDO DA SILVA - RUA 2, 15
DIRETOR DE PATRIMONIO: MANOEL MESSIAS DE CASTRO - RUA 2, 24

SUPLENTE:

SEBASTIÃO DE SOUZA (SARINHO) - RUA 7, 94
GLICERIO DIAS DE ABREU (CERINHO) - RUA 8, 03
JOSÉ MARIA DOS SANTOS - RUA C, 49

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

PRESIDENTE: FRANCISCO JOSÉ JORGE (CHIQUEINHO) - RUA 3, 49
VICE-PRESIDENTE: ADEMAR FERREIRA DA SILVA - RUA 6, 1
1º SECRETARIA: CLELIA OLIVEIRA - RUA E, 01
2º SECRETÁRIO: IVAN BATISTA BARBOZA - RUA 4, 92
1º RELATOR: SEBASTIÃO JOSÉ JORGE - RUA 2, 13
2º RELATOR: JOSÉ CARDOSO BATALHA - RUA G, 17

**VOTE CERTO E VOTE JÁ
CHAPA 2 PARA MUDAR
ROSA**

CF

CONVITE

A CHAPA 2 (ROSA) Promoverá um debate com pessoas de outras associações de moradores.

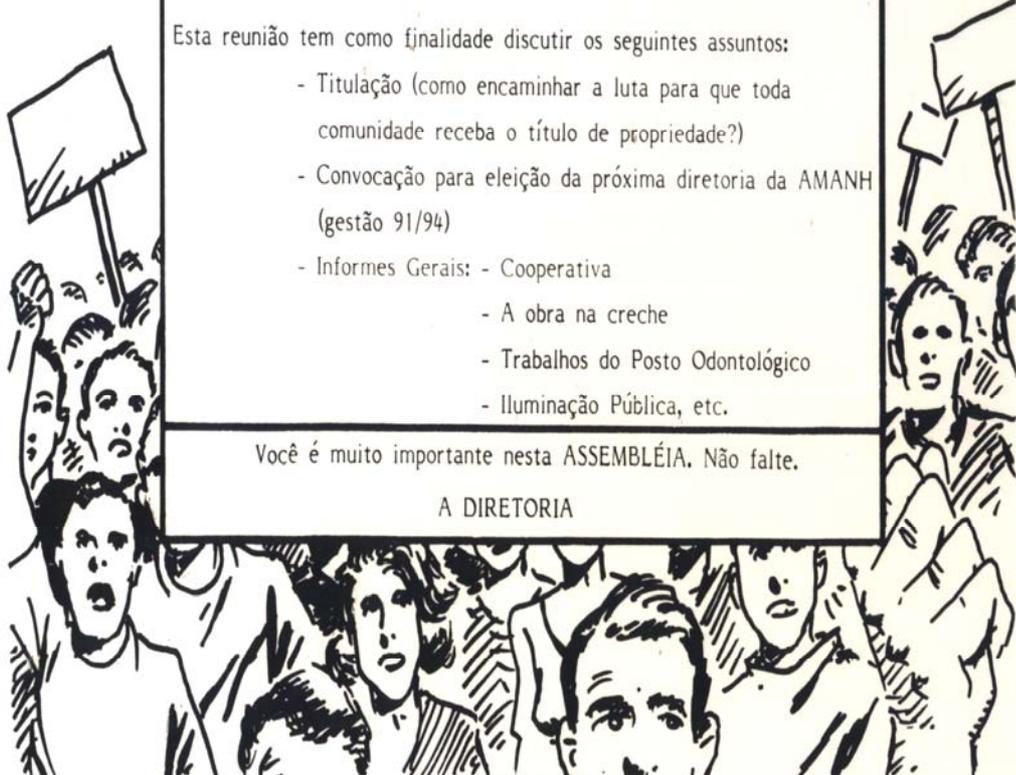
Venha conhecer as experiências de outras favelas que já se organizaram. Dia 20/10/84 às 14 horas.

XXX

NAO ESQUEÇA
EM 15 DE NOVEMBRO
CHAPA 2 ROSA

Anexo 5:

Convite para os moradores participarem das Assembléias



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DE NOVA HOLANDA

É HORA DE DISCUTIR, ASSEMBLÉIA GERAL!!!

Convidamos todos os moradores para ASSEMBLÉIA GERAL dia 01/11/90, quinta-feira às 19:30h. na Escola Municipal de Nova Holanda.

Esta reunião tem como finalidade discutir os seguintes assuntos:

- Titulação (como encaminhar a luta para que toda comunidade receba o título de propriedade?)
- Convocação para eleição da próxima diretoria da AMANH (gestão 91/94)
- Informes Gerais: - Cooperativa
 - A obra na creche
 - Trabalhos do Posto Odontológico
 - Iluminação Pública, etc.

Você é muito importante nesta ASSEMBLÉIA. Não falte.

A DIRETORIA

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS
DE NOVA HOLANDA

Convidamos você, morador de Nova Holanda, para a ASSEMBLÉIA GERAL que iremos realizar dia 09/74/90, segunda-feira, às 19:30 horas na Escola Municipal de Nova Holanda.

Esta ASSEMBLÉIA GERAL, de fundamental importância para encaminhamento das nossas lutas, irá discutir os seguintes assuntos:

- * PLANO ECONÔMICO BRASIL NOVO
Venha entender e discutir este novo momento econômico porque passa o nosso País.
- * Posto de Saúde a ser inaugurado (Rua Juca lino Caetano com Teixeira Ribeiro)
- * Arborização e obras na Praça do Valão
- * Reuniões de rua para discutir as obras (Projeto Educação Saúde Saneamento nas Comunidades da Maré)
- * Discussão sobre Política de Alimentos (a venda do feijão)
- * INFORMES GERAIS

NÃO ESQUEÇA, TODOS À ASSEMBLÉIA!!!

SEJA SÓCIO DA SUA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES!!!

COLOQUE EM DIAS AS MENSALIDADES, CASO
VOCÊ ESTEJA ATRASADO!!!

DIRETORIA AMANH

